

**GERUZA UMBELINA GOULART DE SOUZA**

**O DISCURSO RELIGIOSO E AS METÁFORAS:  
(DES)CONSTRUINDO SENTIDOS**

**TUBARÃO, 2006**  
**GERUZA UMBELINA GOULART DE SOUZA**

**O DISCURSO RELIGIOSO E AS METÁFORAS:  
(DES)CONSTRUINDO SENTIDOS**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem.

Universidade do Sul de Santa Catarina. -  
UNISUL

Profª. Orientadora Drª. Maria Marta Furlanetto

**Tubarão, 2006**

**GERUZA UMBELINA GOULART DE SOUZA**

**O DISCURSO RELIGIOSO E AS METÁFORAS:  
(DES)CONSTRUINDO SENTIDOS**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão – SC, 11 de julho de 2006.

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Regina Maria Varini Mutti  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Albertina Felisbino  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Ingo Voese  
Universidade do Sul de Santa Catarina

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha família, razão maior do meu empenho, e à Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Marta Furlanetto, que despertou, por meio de tantas interrogações, o meu fascínio por Análise do Discurso.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho deve muito a algumas pessoas:

Aos professores do Mestrado Ciências da Linguagem, por apresentarem-me novas teorias e instigarem-me o interesse pelo saber. Muito obrigada!

Ao meu filho, que acompanhou o nascimento deste trabalho ainda no meu ventre. A meu marido, que mesmo impaciente, torcia pela concretização de mais uma etapa de minha vida. Aos meus pais, pelo amor e apoio que sempre dedicaram a meus estudos. Às amigas, por partilharem comigo as angústias e conquistas, e a Deus, pela força infinita e guiar-me ao caminho da sabedoria.

## **RESUMO**

Com pressupostos da Análise do Discurso, esta dissertação enfoca, no discurso religioso (DR), uma concepção ideológica de signo, propondo um olhar crítico sobre seu processo restrito de significação em duas abordagens: sua origem metafórica de representação do real e

sua construção “figurada”, a metáfora da metáfora. Para tal propósito, realizou-se uma análise da Carta de São Tiago “A fé se manifesta em atos concretos” (2, 14-26) na interpretação fornecida pelo Pe. Antônio Vieira, em 1655, e na interpretação do mesmo texto por cinco padres entrevistados. Com isso, percebeu-se que os sentidos extraídos das práticas discursivas são determinados pelas relações de poder no DR, cuja tendência é absolutizar o dizer em verdades inquestionáveis.

**Palavras-chave:** análise do discurso, lingüística, metáfora, discurso religioso.

**RESUMEN**

Con presupuestos del Análisis del Discurso, esta disertación enfoca, en el discurso religioso (DR), una concepción ideológica del signo, proponiendo una mirada crítica sobre su proceso restringido de significación en dos abordajes: su origen metafórico de representación de lo real y su construcción “figurada”, la metáfora de la metáfora. Para tal propósito, se realizó un análisis de la Carta de Santiago “La fe se manifiesta en actos concretos” (2, 14-26) en la interpretación provista por el Pe. Antônio Vieira, en 1655, y en la interpretación del mismo texto por cinco padres entrevistados. Con eso, se percibió que los sentidos extraídos de las prácticas discursivas son determinados por las relaciones de poder en el DR, cuya tendencia es dar por absoluto el decir en verdades incuestionables.

**Palabras-clave:** análisis del discurso, lingüística, metáfora, discurso religioso.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 ASPECTOS TEÓRICOS.....</b>	<b>19</b>
2.1 A ORIGEM METAFÓRICA DO SIGNO .....	19
2.2 O SENTIDO LITERAL E O SENTIDO FIGURADO .....	25
2.3 UMA TENTATIVA DE CONCEITUAÇÃO DE METÁFORA .....	27
2.4 O CARÁTER IDEOLÓGICO DO SIGNO .....	31
2.5 DISCURSO RELIGIOSO .....	36
<b>3 ANÁLISE.. .....</b>	<b>43</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>62</b>
ANEXO 1: SERMÃO DA QUINTA DOMINGA DA QUARESMA.....	64
ANEXO 2: A FÉ SE MANIFESTA EM ATOS CONCRETOS .....	77
ANEXO 3: ENTREVISTAS.....	75

# 1 INTRODUÇÃO

Seria tema interessante de ficção a história de um homem que passou da infância à fase adulta em um outro planeta e, ao chegar, aqui, se deparasse com este mundo. Entre as inúmeras angústias, estaria a de não conseguir identificar a realidade à sua volta. Essa identificação seria para ele crucial na entrada ao mundo real e, principalmente, ao mundo das idéias desse real.

Há que se refletir, então, como as palavras são importantes para representar as coisas, pois o conforto, em parte, para o personagem se daria pela associação que esta estabelece entre o mundo concreto e o mundo das idéias, uma espécie de garantia em “conhecer” o que o cerca.

A partir do momento em que nasce, o ser humano vive essa descoberta também, só que não sozinho – afinal, nasce um animal incapaz, sem condições de sobreviver, a não ser com a ajuda do outro. E é pelo olhar do outro que conhece as coisas associadas a nomes. Assim, já se inscreve no mundo numa dependência física que, mais tarde, o filiará a outras tantas. E é isso que, segundo a Análise do Discurso (a partir de agora, AD) – teoria que respaldará muito do que se pretende dizer neste trabalho –, constituirá o sujeito.

Para a AD, então, o papel do outro é significativo na constituição do sujeito, é por ele que o sujeito vê o mundo e se sente parte dele, ou seja, conhece a realidade pelo viés do que está fora dele, e toda essa amostra se materializa em situações discursivas. O discurso acaba significando-se nele, que, por sua vez, sujeita-se à única possibilidade de sentir-se sujeito: a identificação pelo olhar do outro (alteridade).

Num espaço discursivo, o sujeito atém-se, então, para a materialização desse discurso em estruturas lingüísticas. Daí a atenção deste trabalho à palavra: de sua origem significativa aos deslocamentos que sofre, ou não. Por ser a palavra a condição de se apresentar a realidade no mundo das idéias, e essa escolha partir, então, não de uma correspondência tal qual, mas de uma tentativa de nomeação simbólica, é que este estudo enfrentará o desafio de apontar a metáfora como o próprio início da vida do que tradicionalmente se chama de signo lingüístico, o saussureano.

Não se trata, essa nomeação simbólica, de um processo mecânico, de um simples nomear de coisas. Segundo a AD, trata-se de um processo de transferência discursiva, por isso a teoria defende que, em princípio, não há sentido sem metáfora, as palavras não têm um sentido próprio, preso à sua literalidade (ORLANDI, 2000, p. 44). É nesse entendimento que o sentido das palavras se dá justamente num jogo de transferência, submetido a condições ideológicas de identificação social: um deslocamento metafórico.

Com essas considerações sobre a busca do sentido, surge, então, a metáfora como possibilidade de representação e compreensão do mundo, e abandona-se o que normalmente se chama de literal; da mesma forma, no lugar do “figurado” vai se constituir o que se pretende chamar aqui de *metáfora da metáfora*.

Poder-se-ia dizer que ambas representam simplesmente uma troca de nomes, todavia o que se buscará nestas linhas é o processo de redução de possibilidades de sentido

que as metáforas e, mesmo, as metáforas das metáforas adquirem em determinados discursos, aqui, em particular, o discurso religioso (agora DR).

Os discursos que representam instituições vão, em princípio, recusar as tantas possibilidades de deslocamentos de sentido e limitar os que podem ou não ser considerados, numa luta de manutenção do poder, que não pode ser por outra via, a não ser pela palavra. O DR representa muito bem essa preocupação de selecionar certos sentidos que garantam a interpretação unívoca das palavras de Deus, cuja representante é a Igreja, que assumira tal missão por meio do controle da palavra. Enfatiza Orlandi (2003, p. 242): “A religião constitui um domínio privilegiado para se observar esse funcionamento da ideologia dado, entre outras coisas, o lugar atribuído à Palavra”.

No DR, a articulação entre o homem e Deus é sustentada pela fé como um dom divino (im)posto pela Igreja, pois “[...] é ela que tem a palavra da revelação, a leitura correta do texto sagrado, etc.”(idem *ibidem*, p.250) É buscando esse sentimento como base para a discussão que se deseja travar que o DR será representado, aqui, pela passagem bíblica “A fé se manifesta em atos concretos” (Tiago 2, 14-26) em relação à metáfora sónica e à metáfora da metáfora. Vale ressaltar que a escolha desse material filia todo o trabalho ao espaço da Igreja Católica Romana.

O estudo se canalizará para a ressonância interpretativa da Carta de São Tiago pelo excerto do Sermão da Quinta Domingo da Quaresma, do Padre Antônio Vieira, e pela interpretação dada, em entrevista, por cinco padres a respeito do mesmo texto/tema bíblico. Assim, a partir da análise realizada, pretende-se observar a interpretação que cada entrevistado dá à metáfora e à metáfora da metáfora, considerando se o(s) sentido(s) são aproximado(s) ou não, se mobilizam diversos sentidos ou não.

De acordo com Eco (1991, p. 143), “se a metáfora dá origem à linguagem, só se pode falar da metáfora metaforicamente”, mas de qualquer modo, o próprio autor está apenas

examinando as concepções existentes como uma hipótese e não aderindo a essa perspectiva. Então, a partir do momento em que se faz uso de uma palavra para representar algo, busca-se, na verdade, um signo para colocar no lugar da coisa, o qual está impossibilitado de corresponder igualmente ao real. O que se consegue é simbolizar o real, mas não nomeá-lo em sua “essência”.

É com base nessa simbolização que se questiona a oposição sentido literal/sentido figurado, uma vez que o chamado “literal” também não é a essência primeira que nomeia a coisa, mas uma representação da coisa: eis o papel da metáfora, simbolizar a coisa por falta de uma correspondência ao pé da letra.

Assim, para este trabalho, o que costumeiramente se chama de sentido literal será a metáfora (origem da palavra), e como a língua é viva, porque é transitória como o homem, as metáforas primeiras, aquelas que deram nome ao real, vão se tornando insuficientes para nomear o mundo a nossa volta e matizar as experiências subjetivas: eis que surge, então, a metáfora da metáfora, uma construção a partir daquela. Não nomes a partir de outros nomes – na restrição de nomenclatura –, mas novos sentidos a partir dos já existentes, que acabam transformando os signos em novos signos. São aparentemente os mesmos, mas sempre outros, abarcando aspectos variados, perspectivas, experiências singulares.

Poder-se-ia questionar que, se não é possível a coisa ser representada tal como ela é, esse aspecto, então, aproximar-se-ia do que Saussure chama de arbitrário. O arbitrário de Saussure desconsidera o caráter cultural, ideológico que envolve o signo. Embora a contribuição da lingüística seja importante para as considerações sobre o discurso (afinal, é preciso partir de uma materialização para se ir além na análise discursiva), seus limites textuais deixam de fora toda uma exterioridade ideológica que mobiliza sentidos inúmeros em



cada situação em que se coloca. É certo que, em *casa*, não há nada que faça seu nome ser *c-a-s-a* – daí a arbitrariedade presente no signo saussureano –, mesmo assim, há de se levar em conta dois aspectos básicos para estes estudos: primeiro, a partir do surgimento da coisa (*casa*), tem-se a necessidade de “substituí-la” por algo no campo das idéias, um signo, e a busca recai, daí, numa tentativa, em cada língua, de encontrar a melhor forma de simbolizar o real; por essa simbolização quer-se chegar à sua origem metafórica; segundo, tal escolha se consolida por haver uma voz que predomina sobre outra, uma força cultural que se sobrepõe à outra, é o ideológico trabalhando nessa nomeação e, nesse sentido, a convenção passa a substituir a origem metafórica do signo por aquilo que se denomina sentido literal; seria a metáfora cristalizando-se.

Saussure (cf. 2002, p. 72 et seq.) também defende a idéia de que não há sentido literal e figurado, mas prende-se à significação no âmbito da oposição dos signos (o sentido é eminentemente negativo). Algo que acaba mais uma vez não contemplando as marcas discursivas exteriores do signo.

Nem sempre conscientemente se percebe o impasse entre o que se chama sentido literal e sentido figurado, uma vez que tal processo depende do seu uso freqüente em diversas esferas sociais para variados sujeitos. O dicionário é também um exemplo que pode levar a esse equívoco, pois há a idéia de que as palavras no dicionário apresentam significados predominantemente literais, mas, no momento em que Aurélio (2000, p. 428) designa *linha* como: “*sf.* 1. Fio de fibras de linho torcidas, ou de algodão, seda, fibra sintética, etc. para coser, bordar, fazer renda, etc.” e “18. Serviço regular de transporte entre dois pontos.”, como eleger, dos dois, o sentido literal do signo *linha*? Se a construção for “Espero o ônibus aqui, porque ele faz esta linha”, a mesma representação gráfica “linha” possui uma carga semântica

específica que difere de *linha* em sentido 1. Outros tantos exemplos poderiam reforçar a idéia de que cabe mais à exterioridade da estrutura lingüística o papel de especificar que sentido é convocado em cada situação, apagando os demais.

É importante acrescentar, também, que o sentido ou a significação não se dá em sua completude e, por essa razão, não pode se fechar numa verdade plena. É nessa falta em que os significantes se estruturam que se buscam novas palavras e que se faz uso das metáforas numa tentativa de atribuir o efeito desejado ao signo. A significação, segundo Lacan (1986, p. 83), “nasce progressivamente de um arranjo equilibrado e refletido dos termos que excluem outros inadequados e evocam certos outros comparáveis”. Não há significante que represente fielmente seu significado.

Saussure (cf. WINE, 1992, p. 66) pensa no significado formalmente, e não como recorte da realidade antecipado como presença; vê uma relação entre significado/significante na dinâmica do uso desse signo no processo de comunicação. Já numa concepção diferente, Lacan faz a formulação significante/significado considerando o traço como marca fundamental do signo, pois é ali que o sujeito opera, ou seja, que a memória desse sujeito fica aberta para produzir um efeito de significação, que escapa sempre do real, colocando-se num plano inatingível.

Na passagem de um significante a outro, vigora o que estava trancafiado na noção do signo, que é a barra. A barra é a memória desse sujeito que se desloca numa ordem que carece de significado antecipado, que o sustentaria enquanto ser. É ordem que fica sempre em aberto, à espera do sentido, que só virá depois, para produzir um efeito de significação. (WINE, 1992, p. 67)

Assim, a significação só pode operar no plano das metáforas, isto é, na ordem do deslocamento ou da substituição e, por isso, a língua se utiliza bem de outra coisa para dizer aquilo que diz, fazendo-se entender entre linhas, e nas entrelinhas, graças às possíveis acrobacias que os sujeitos operam com as palavras.

Nessa medida, lembra Bakhtin:

Tudo o que é dito, expresso, situa-se fora da ‘alma’, fora do locutor, não lhe pertence com exclusividade. Não se pode deixar a palavra para o locutor apenas. O autor (locutor) tem seus direitos imprescindíveis sobre a palavra, mas também o ouvinte tem seus direitos, e todos aqueles cujas vozes soam na palavra têm seus direitos (não existe palavra que seja de alguém). A palavra é um drama com três personagens (não é um dueto, mas um trio). É representado fora do autor, e não se pode introjetá-lo (introjeção) no autor. (1992, p. 350)

As palavras estão sempre à mercê de alguém que as manipule em cadeias de sentido, que atribua a elas, dentro de diferentes situações, novos significados. Todavia, essa possibilidade de escolha esbarra na condição social dos discursos. Estes são dados pelo outro, ao qual eu me submeto para ser aceito como sujeito, e isso tem um preço, o preço da necessária sujeição. Ao assujeitar-se ao outro, o sujeito perde o status de poder que pensa ter e acaba reproduzindo, ecoando vozes alheias como se suas fossem. Eis que não há liberdade de escolha, cabe a ele assujeitar-se ou perderá o próprio caráter de se constituir como sujeito. É, então, nesse intervalo que trabalham os valores ideológicos refletindo relações de poder. Haverá uns que dominarão os outros, uma voz que plasmará as demais, dentro de uma idéia de controle que julga o que pode ou não ser dito e compreendido, seja na presença ou mesmo na ausência de palavras. Nesse espaço, o DR não pode dizer tudo e também não pode permitir a cada um dizer o que quer, pois a multiplicidade dos dizeres é cerceada pela tradição da Igreja.

A própria Igreja nasce já de uma interpretação da Escritura, e mesmo assim trabalhará como se representasse tal qual a palavra que foi Deus.

[...] a interpretação do símbolo escritural, devidamente reduzida e traduzida, institui a Igreja e a Igreja garante a qualidade de *algumas* interpretações do símbolo escritural, tendendo sempre mais a reduzi-lo a alegoria. [...] A escritura é fonte infinita de interpretação, mas aquilo que a interpretação descobre deve ser aquilo que já foi dito: *non nova sed nove* [não coisas novas, mas de maneira nova]. (ECO, 1991, p. 230-231).

Qualquer discurso é marcado por um jogo de negociações. Não há neutralidade nem no uso mais cotidiano dos signos, portanto é preciso buscar os pretendidos sentidos através da interpretação.

Segundo Orlandi (2000, p. 17), “o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre a língua e ideologia e como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”. Mas como a linguagem não é transparente, muito menos são mensagens a serem decodificadas, representam, sim, sentidos produzidos entre o sujeito e o mundo, às vezes previsíveis, às vezes não.

Na AD, a língua não é vista apenas como um código, que um locutor utiliza para passar uma mensagem a um destinatário, que, por sua vez, a decodifica. O processo é muito mais complexo. Porém, no DR esse processo é limitado: o locutor se apropria do que se considera o discurso de Deus para atingir as pessoas pela emoção no contexto de rituais especiais, e a significação, que deveria ser realizada pelos interlocutores, de forma interativa, passa a ser concebida como um sentido inquestionável, uma vez que, para o interlocutor, não existe o direito e a possibilidade de dialogar com Deus, não há o que questionar – afinal, a Igreja, pela voz de um representante, só está passando aquilo que o Salvador disse.

No DR, o interdiscurso (constitutivo) convoca um dizer que suprime os demais. Para a AD (cf. ORLANDI, 2000, p. 32), o dizer não é particular. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle pleno sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Quando se diz alguma coisa, é preciso que as palavras já façam sentido, ou melhor: tenham significado antes, e estejam disponíveis para uso, e que o que foi dito antes se apague na memória para que possa fazer sentido “novo”.

É dessa forma que os representantes de Deus colocam a palavra sagrada a serviço do homem, principalmente dos oprimidos e humilhados, mostrando o compromisso de Deus com o povo e satisfazendo a interesses da instituição Igreja. Algumas vezes, esses representantes têm a ilusão de ser donos do discurso, no entanto sentidos pré-existentes são retomados. Tal ilusão não é um defeito para a AD, é uma necessidade para que a linguagem

funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Esquece-se o que foi dito para se constituir sujeito do dizer.

É assim que os sujeitos se significam, retomando o já existente, é assim que os sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de diferentes formas. No caso do DR, a linguagem se mostra bastante centrada em metáforas, agora metáfora da metáfora, bem como outros processos de figuração, que representariam a fala viva de Deus e as relações de força manifestadas através do poder que a palavra obtém – mas representariam, também, os modos específicos, estilos e perspectivas culturais dos escritores da Palavra no curso da elaboração dos documentos que foram selecionados e legitimados (segundo dados históricos, no século IV d.C.).

É no fazer da interpretação do DR que se dará privilégio à metáfora da metáfora dentro de certas condições de produção; logo, poder-se-ia pressupor um espaço de mobilidade discursiva, porém há uma luta contínua para garantir aos fiéis uma leitura única, que guarde em seus limites de interpretação os poderes da Igreja. A própria universalidade, vinculada a um sentido monolítico, é argumento para a defesa de uma verdade inquestionável.

Este trabalho segue, então, formulando considerações sobre a metáfora e a metáfora da metáfora dentro do DR, na tentativa de perceber se realmente os sentidos resultantes desses dois recursos são permitidos diferentemente ou se se transformam num só a fim de garantir a homogeneização de um dizer que, para assegurar o poder que representa, mantém-se praticamente inalterado.

## **2 ASPECTOS TEÓRICOS**

### **2.1 A ORIGEM METAFÓRICA DO SIGNO**

Segundo Saussure (1995, p. 80), a língua é uma realidade psíquica composta por signos que unem de maneira arbitrária um significante a um significado, ou seja, o significado não tem nenhum laço natural na realidade com o significante. O significado refere-se ao

conceito, ou melhor, à idéia, a parte inteligível; o significante refere-se à imagem acústica, não propriamente o som que ouvimos, mas sua impressão psíquica, que está na mente.

Desse modo, o signo é imotivado, pois não há nada que o levaria a denominar algo como tal, mas, ao lado disso e ao mesmo tempo, submete-se a uma comunidade lingüística, pois se perpetua através da tradição. Por esse motivo, é importante acrescentar que a língua possui um caráter de fixidez, pois está ligada ao peso da coletividade e situada no tempo, o qual, contraditoriamente, assegura a continuidade da língua e altera os sentidos dos signos lingüísticos, cujas transformações não são apenas fonéticas, sofridas pelo significante, ou de sentido, que afetam o significado: trata-se de um deslocamento da relação entre o significante e o significado.

Para a lingüística atual, de acordo com Coseriu (1980, p. 15-18), predomina a idéia de que foi Saussure quem primeiro formulou a teoria da arbitrariedade do signo, embora haja autores, como, Jespersen, que não a consideram absolutamente como idéia saussureana, e sim uma adesão a uma tese já defendida por outros lingüistas, como Whitney e Madvig, herança que, afinal, já vinha dos estóicos gregos.

Já na interpretação de Boécio (*idem, ibidem*, p. 27), que faz referência à proposta de Aristóteles, “o nome é, pois, um som significativo por convenção”; [...] “por convenção, porque é ajuntado, porquanto nenhum nome designa por natureza, mas segundo uma convenção e segundo a vontade do que propõe e estabelece”. Isso acaba excluindo a motivação natural e remetendo à intencionalidade na nomeação do signo.

Enfim, a teoria da arbitrariedade vem sendo estudada ao longo dos anos e Whitney, que precede Saussure, já dizia:

[...] toda palavra transmitida é um signo arbitrário e convencional: arbitrária porque qualquer outra palavra, entre os milhares de que os homens se servem e os milhões de que eles poderiam se servir, poderia ter sido aplicada à idéia; convencional porque a razão de empregar esta de preferência a uma outra é que a sociedade à qual a criança pertence já a emprega. (*idem*, p. 45).

Por isso, dizer que o signo é arbitrário, para este trabalho, é tão incompleto quanto se prender à crença de que a língua é um sistema de nomenclatura que atribui a cada coisa simplesmente um nome: casa em português é *casa*, em francês *maison*, em inglês *home* e assim por diante. As línguas diferem porque dão nomes diferentes às coisas – mas não só. *Glass*, em inglês, pode significar copo e óculos, no entanto, em português, precisa-se dizer “Ela pegou os óculos” e “Ela pegou o copo”. Não há como, por outro modo, conseguir dois equivalentes distintos em inglês. Então, caberia escolher qual das duas línguas nomeia melhor cada coisa? Qual delas representaria fielmente a coisa nomeada?

Primeiro: não há uma melhor que a outra e, nesse ponto, volta-se ao conceito equivocado de que uma língua é um simples nomear. Perini (1999, p. 98) diz que as línguas são, além desse conjunto de nomenclatura, um sistema de recorte da realidade, cada língua refletindo uma organização própria imposta pela nossa mente às coisas do mundo.

Pode-se complementar a afirmação de Perini dizendo que se trata de uma organização própria imposta pelo mundo às coisas do nosso mundo. Além de a língua nomear, o que é nomeado recebe uma carga significativa que extrapola a simples necessidade humana de uma denominação. Nesse processo, a comunidade lingüística significa e ressignifica o signo, a fim de que um significante passe a convocar mais do que uma simples percepção acústica, pois está enredado, necessariamente, em diferentes possibilidades discursivas.

Segundo: há como um nome conseguir com toda propriedade representar o real? Pelo que já se disse, a resposta é não. Uma coisa é nomeada diferentemente em cada língua e não se poderia decidir qual delas faz isso de forma mais fiel. Não há como o signo ser a coisa, ele apenas a representa – e, além dela, toda a realidade de um grupo lingüístico –, ele apenas está no lugar da coisa, sem sê-la, uma vez que manifesta um ponto de vista, um modo de olhar. Aliás, como estabelece Saussure (2002, p. 200) ao definir o campo da lingüística, há

primeiramente pontos de vista, com o auxílio dos quais “CRIAM-se secundariamente as coisas”; ou ainda: “é unicamente o ponto de vista que FAZ a coisa” (p. 201).

Ao se falar em signo lingüístico, Saussure aparece como o lingüista que contribuiu decisivamente com seus estudos e, desde então, outros tantos se debruçaram sobre o tema para questionar sua teoria do signo, acrescentar contribuições ou mesmo ratificá-la. Seja qual for a abordagem que se faça sobre o signo, não se pode negar a contribuição do autor. Costuma-se dizer que se ele tivesse vivido mais tempo, teria percebido muito mais sobre seu objeto de estudo.

O signo é uma representação simbólica de uma realidade, é um conceito convencional do mundo. Todavia, se não há nada na coisa nomeada que a obrigue a receber uma representação acústica, há de se levar em conta, e valorizar para este trabalho, o caráter convencional do signo em seu aspecto histórico-social. Quando algo é representado por um signo, o é porque está inserido numa determinada comunidade lingüística, que o designa com marcas de sua história.

Ao lado dessas considerações, é necessário alinhar uma outra: aquela referente ao que costumeiramente se chama de *sentido literal* do signo e *sentido figurado*. Em geral, atribui-se sentido literal à palavra quando esta é empregada objetivamente no seu “sentido primeiro”. Dessa forma, literal significa “tal qual”. A pergunta, porém, é “Tal qual o quê”? Tal qual o signo, uma representação exata. Então, isso seria possível como uma imagem refletida no espelho? Do outro lado do que seria sentido literal, estaria o sentido figurado da palavra, um sentido segundo, que viria depois do primeiro. Nova pergunta, então, se impõe: como saber qual o primeiro?

É interessante perceber que, quando se separa em literal e figurado o sentido das palavras, parece que o homem também as usaria separadamente. Ao se expressar, precisa o

falante lançar mão do que mais apropriado encontra para dizer o que sente, o que percebe, sem se preocupar se está dentro de uma cadeia de sentido literal ou não.

Pior do que considerar a língua fora de um acordo vivo é a idéia que, durante muito tempo, se atribuiu à linguagem figurada. Os alunos aprendiam que essa forma de linguagem era somente para ser empregada na poesia, na literatura, porque lá “tudo pode”, não há regras. Com isso, a linguagem literal ganha um caráter de correção muito maior que a figurada. Esta, em seu tradicional desprestígio estilístico (ironicamente falando), passa a ocupar lugar secundário no estudo da língua. Restringe-se à linguagem figurada a chance de reduzir-se a um simples ornamento estilístico.

Por não haver a correspondência “tal qual” entre o significado e seu significante, torna-se frágil a idéia de literalidade do signo. Se o signo (onde se manifesta um ponto de vista) “cria” a coisa, ele representa metaforicamente a coisa, portanto, mesmo na forma literal, ele é uma metáfora em seu surgimento. Assim, “rocha”, uma cadeia de fonemas que simboliza um aspecto da realidade, é a metáfora dessa realidade. E, quando se tem “João é uma rocha”, elastifica-se o sentido com ajuda de uma a metáfora da metáfora.

Ao eleger a metáfora como origem de nomeação do signo, chega-se ao resultado de uma busca pela representação do real no campo lingüístico, mas uma escolha não só lingüística reflete todo um conjunto de valores, enfim, a cultura de um povo, o que faz da carga ideológica que o signo carrega mais forte do que um simples nomear, pois reflete ele uma relação entre a coisa e o nome sempre de ordem simbólica, afinal, o real não consegue ser substituído por nada além dele.

A relação entre significante e significado, para Saussure, também difere um pouco daquela apresentada na teoria lacaniana – vale ressaltar que Lacan (cf. DOR, 1992, p. 29) questiona a teoria saussuriana, mas de qualquer modo parte dela para ponderar sobre o significante. Enquanto Lacan dá mais importância ao significante do signo lingüístico, visto

que se parte deste para obter a significação, reconhecendo-o como guia, Saussure parece colocar o significado em primeiro plano, pois é daí que desencadeia a rede de idéias, a formulação de sentidos. Então, na inscrição saussuriana ter-se-ia:

S significado,

S significante (DOR, 1992, p. 29),

e na escrita lacaniana:

S significante,

s significado (*idem, ibidem*, p. 38).

Saussure (*idem, ibidem*) afirma também que “os signos lingüísticos não são somente significativos por seu conteúdo, mas também, e sobretudo, pelas relações de oposição que mantêm entre si na cadeia falada”, e Lacan, segundo Dor (p. 40), “[...] que é sempre *retroativamente* que um signo faz sentido, na medida em que a significação de uma mensagem só advém ao final de sua própria articulação significante.” Então, enquanto Saussure valoriza a marca de oposição dos significantes, Lacan privilegia os sentidos recobrados de um significante a outro em seu significado, isso porque Saussure não reconhece a sintaxe como integrante da língua (apesar de considerar teoricamente a cadeia da fala).

Todas essas considerações procuram reforçar, na verdade, a importância que o exterior de uma estrutura de língua exerce na construção dos sentidos, pois cada signo isoladamente pode até prever uma significação, só que sempre será insuficiente diante de um processo discursivo que, mais do que se representar em palavras, representa-se em interesses, valores, formas de sujeição, de silêncio e de silenciamento.

## 2.2 O SENTIDO LITERAL E O SENTIDO FIGURADO

A significação do signo lingüístico se dá em contexto e em relações ideológicas. Costumeiramente, um signo encontra-se em seu estado “literal” quando o significante evoca no interlocutor o(s) conceito(s) que os dicionários descrevem primeiramente, enquanto que, no estado figurado, o signo vem carregado de impressões, valores afetivos, negativos e positivos, que variam de cultura para cultura, de época para época.

É, portanto, temerário dizer que uma palavra tem sentido literal, pois qualquer palavra proferida está subordinada a determinada situação, produzindo sentidos possíveis. Na busca por sinônimos de um signo – e aqui se pensa sinônimo não como palavras com o mesmo significado, mas com significados aproximados –, os sujeitos, inseridos num contexto ideológico, elegem um ou alguns signos como literais.

Tradicionalmente, o sentido figurado carregaria com certa sutileza muito mais o fazer ideológico que o sentido literal, num trabalho de possibilidades criativas entre o escritor e o leitor. O primeiro, quando cercado de signos, “opta” por um e não por outro para se expressar; o segundo, a partir do momento em que sua leitura admite uma interpretação, e não outra. Faz-se necessário, então, ressaltar que, nesse jogo de sedução, há uma forte impregnação ideológica, uma vez que as relações entre a ideologia e o signo são muito estreitas. Segundo Bakhtin (1992, p. 31), tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. Desse modo, não só o sentido figurado, mas também o “literal” sofrem as determinações ideológicas. Se toda palavra é marcada pelo contexto ideológico, não existe, então, sentido literal, inaugural, descomprometido, muito menos o figurado estaria livre disso.

A freqüente utilização de algumas palavras com determinados sentidos ganha credibilidade a partir do momento em que sua prática se torna comum e dominada por uma comunidade lingüística. Assim, essa fixação de sentido obtém legitimidade, fazendo com que se crie a estabilidade, o caráter “literal”.

[...] se tomamos o texto como unidade significativa constituída pela interação não há porque se considerar um sentido literal e seus efeitos: há múltiplos sentidos, há polissemia. Em certas condições de produção, um sentido se torna dominante e adquire o estatuto de literalidade. (ORLANDI, 1996, p. 163).

Dentro do que se costuma chamar de figurado, a metáfora é entendida como um sentido a mais que a palavra recebe quando o signo ganha elasticidade de significados. Não há necessidade de criar um outro; um mesmo signo, que já faz parte de uma língua, passa a nomear outras coisas por um grau de analogia ou não. Assim, dizer que “O trem saiu da linha” ou “Siga minha linha de raciocínio” é “economizar” esforço e espaço num dicionário para buscar novas palavras, além de se aproveitar do sentido de linha em “não coloquei a linha na agulha”, um sentido escolhido convencionalmente como literal.

Separar o sentido metafórico do literal seria, por convenção quase gramatical, tarefa simples, bem como achar que, para cada expressão metafórica, ter-se-ia seu equivalente literal. O que não se dá, por exemplo, em “Ele bateu as botas” é precisamente muito distinto de “Ele morreu”, assim como “Ele subiu dessa para uma melhor”. As três formas prestam-se a situações bem distintas, contextos particulares que escolhem uma e não outra e, justamente pela adequação ao contexto, não se poderia dizer qual das três é a melhor forma de dizer: “1. Perder a vida; falecer; 2. extinguir-se” (FERREIRA, 2000, p. 472).

Desse modo, não haveria sentido literal para “Ele bateu as botas.”, pois ambas se prestam a situações particulares significativas e, se foram escolhidas com distinção – a primeira num contexto descontraído, a segunda num mais formal e polido –, é porque não haveria outra forma de se dizer isso. Ao se usar a palavra “morrer”, que pelo uso mais comum

é entendida como sentido literal, não se obteria o mesmo (e)feito que as anteriores. Portanto, todo signo é metafórico, já que o real não tem outra forma de se representar que não seja no nível simbólico.

Nietzsche (*apud* ARROJO e RAJOGOPALAN, 1992, p. 53) considera todo sentido que se chama de “literal” como “primeira metáfora”; isto é, um estímulo nervoso transformado em percepção, a qual é acoplada a um som. Por isso, quando se fala de árvores, cores, neve e flores, acredita-se saber algo a respeito das coisas em si, mas somente são metáforas dessas coisas, e essas metáforas não correspondem de maneira alguma à essência do original, consagram-se através das convenções que disciplinam os homens em grupos sociais, produzindo, então, os significados.

Pode-se dizer, ainda, que Sadock (*apud* ARROJO e RAJOGOPALAN, 1992, p. 51) compartilha, de certa maneira, a proposta deste trabalho, pois reconhece que, em muitos casos, é difícil determinar “onde começa o sentido figurado e onde termina o sentido literal”.

## **2.3 UMA TENTATIVA DE CONCEITUAÇÃO DE METÁFORA**

Para iniciar esta parte, *metáfora* será abordada de início como metáfora tradicionalmente falando, e não como a metáfora: origem do signo. Na própria etimologia da palavra ‘metáfora’, segundo Houaiss (ed. eletrônica, 2001), a expressão provém do grego *methaphorà*: *metha* significa transformação e *phorà* tem relação com levar. Na tradição retórica, de acordo com Lakoff e Johnson (2002, p.11), a metáfora era considerada um desvio da linguagem usual, indesejada no discurso científico, que se construía por meio da razão em busca de uma linguagem o mais objetiva possível. À metáfora cabia a função de ornamento

estilístico ou recurso persuasivo para textos em que isso era possível, ficando longe do texto científico, por sua ameaça à idéia de verdade.

Entretanto, a partir de 1970 (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 13), a metáfora começa a mudar de *status*, passando de simples figura retórica para uma operação cognitiva fundamental, o que a torna não somente uma forma a mais de se expressar, mas de pensar e de agir.

Num momento histórico em que a concepção de verdade relativiza-se, ganha a metáfora o caráter de possibilidade de o homem reestruturar mentalmente experiências sociais num deslocamento capaz de pensar diferente essas experiências. Tudo isso porque fica cada vez mais perceptível que a realidade é construção social e discursivamente concepção de verdade.

Lakoff e Johnson (*ibidem*, p. 22) vêm mostrar o importante papel da metáfora: compreender o mundo, a cultura e nós mesmos, desmascarando a idéia anterior: de que só se compreende o mundo da razão por meio da linguagem considerada literal. Assim, infiltradas na vida cotidiana, as metáforas fazem parte de um sistema convencional de determinada cultura. E, muitas vezes, o discurso é tão convencionalizado em diversas maneiras de expressão que fica difícil perceber a existência ou não da metáfora.

As metáforas exigem, segundo Lakoff e Johnson (*ibidem*, p. 65), base experiencial e coerência cultural, isto é, aspectos que fundamentam a compreensão dos resultados desse processo, confirmando a teoria de que não são construídas ao acaso e, por isso, não são arbitrárias.

A metáfora está impregnada de significação ideológica e, ao produzi-la ou fazer uso dela, há um jogo de linguagem cuja face nebulosa e obscura permite um certo mascaramento do poder que se instala em diversos discursos (literário, científico, filosófico,

religioso, etc.). Se, conforme a AD, já não é fácil – para não dizer impossível – buscar todos os sentidos de uma palavra, parece que na metáfora isso fica ainda mais distante.

Perceber o caráter metafórico de uma expressão exige um esforço tão criativo quanto o de construí-la. Assim, para melhor compreender as metáforas, Booth (*apud* SACKS, 1992, p. 60-61) destaca que as boas metáforas emprestam a energia das coisas animadas a tudo o que for menos energético ou mais abstrato e, por essa razão, são consideradas ativas. Devem ser concisas, pois procuram dizer sempre mais em menos palavras; apropriadas e adequadas para a audiência.

Já Aristóteles (cf. SACKS, p. 149) diz que fazer boas metáforas é contemplar semelhanças. Enfim, não existe metáfora sem sucesso; o que se observa é que as palavras traduzem conhecimentos profundos e superficiais. Vale lembrar que o filósofo via as metáforas como ornamento, num outro terreno, que não o científico.

A metáfora, seguindo uma concepção gramatical de língua, é entendida como um dos recursos de linguagem que consiste em apresentar uma idéia por meio de combinações incomuns de palavras. De acordo com Faraco & Moura (2000, p. 58), é uma transferência de significado de um termo para outro e se baseia em semelhanças que o locutor encontra entre os termos comparados. Vê-se, então, que a metáfora consiste em atribuir a uma pessoa ou coisa uma qualidade que não lhe cabe logicamente. Mas, será que alguma qualidade tem lógica? Haveria sempre uma correspondência qualitativa na relação estabelecida por esse recurso?

Para Citelli (1998, p. 20), também a metáfora é vista como uma figura que se caracteriza por denominar representações, as quais podem ser realizadas pela transferência, ou seja, passagem de um plano de base para o simbólico ou pela associação subjetiva entre a significação dita “própria” e o “efeito figurativo”. Para os gramáticos, existe uma motivação subjetiva, mas que se explica objetivamente numa relação qualitativa.

O locutor recria seu discurso e enriquece-o, através de um recurso poderoso: a metáfora (mais tarde: a metáfora da metáfora). Para alguns, sua utilização é sinal de criatividade, para outros, complexidade, pois dá, às vezes, uma informação vaga, já que fala de uma forma obscura e, segundo Eco (1991, p. 143) “[...] soa como escândalo para qualquer lingüística porque, de fato, é mecanismo semiótico que aparece em quase todos os sistemas de signos [...]”. Ricoeur (1983, p. 124) ainda afirma que “[...] mantém dois pensamentos de coisas simultaneamente ativos no seio de uma palavra ou de uma expressão simples cuja significação resulta da sua interação”.

A metáfora também ganha valor como um recurso retórico, que “altera” o sentido de uma palavra de forma “viva”. Trata-se de uma tática do discurso para que o autor não revele seu envolvimento no momento em que a afirmação é feita, e ainda, proporcione ao leitor a satisfação do desvelamento, da significação criada a partir da relação entre a idéia principal e aquilo a que se assemelha. Lacan (DOR, 1992, p. 43) corrobora dizendo que a metáfora é uma figura de estilo que se estabelece perante relações de similaridade, de substituição, pois o significante antigo dá lugar a um novo, fazendo uma analogia com o recalcado.

[...] a metáfora consiste em designar alguma coisa por meio do nome de uma outra coisa. Ela é, portanto, no sentido pleno do termo: substituição significante, como formula Lacan: na medida em que a metáfora mostra que os significados extraem sua coerência unicamente da rede dos significantes, o caráter desta substituição demonstra autonomia do significante em relação ao significado e, por conseguinte, a supremacia do significante. (DOR, 1992, p. 43).

A cada autor parece que se reforça essa relação mencionada no processo metafórico como puramente subjetiva, visto que, para se obter a compreensão das palavras em jogo, ou um possível entendimento para os resultados “inexplicáveis”, é necessário realizar uma leitura criativa capaz de iluminar os efeitos de sentido supostamente desejados pelo produtor.

De outro modo, as metáforas também são usadas para fornecer informações, por terem um valor cognitivo, além do emotivo e descritivo. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (*apud* CORACINI, 1991, p. 36), a metáfora é uma estratégia argumentativa, porque pode funcionar como recurso para convencer o leitor. Então, através de um ato criativo e prazeroso, o locutor faz uso da metáfora para elaborar um discurso persuasivo. Claro que o sucesso desse discurso depende muito da comunidade interpretativa, pois uma metáfora é um convite à descoberta e seu poder e eficácia derivam das alusões descobertas e da rapidez ou forma inesperada como essas descobertas são feitas.

Para este trabalho, há o interesse de lançar um novo olhar a esse processo chamado metáfora, longe de uma correspondência literal/figurado. Para Coracini (1991, p. 146), essa oposição perde sua razão de ser por dois motivos: primeiro, não é possível determinar *a priori*, sem consideração da comunidade interpretativa, se um enunciado é metafórico ou literal; e, em segundo, literal e metafórico são conceitos construídos no seio de uma teoria logocêntrica, de tradição ocidental, marcada pelo esquecimento do processo de invenção, e pela busca incessante da manutenção do ‘puro’, ‘essencial’, ‘estável’, ‘permanente’, em oposição a tudo o que for ‘desvio’, ‘marginal’, ‘instável’, ‘secundário’.

Recobra-se, agora, a idéia apresentada no início deste trabalho: que o signo é uma representação metafórica da realidade, ou seja, é uma metáfora. E o que antes tinha esse nome passa a ser chamado de *metáfora da metáfora*.

## **2.4 O CARÁTER IDEOLÓGICO DO SIGNO**

Quando se fala em ideologia, vem à mente a ciência que trata da formação de idéias, um conjunto de convicções políticas, morais, estéticas, religiosas, entre outras, impregnado no senso-comum. Erroneamente, às vezes, encontra-se a palavra como adjetivo, em “Este texto é ideológico.”; “Fulano é ideológico.” como se outros textos e outros sujeitos não o fossem. Não há quem não esteja mergulhado em ideologia. Em qualquer discurso que se produza, sempre haverá uma relação social-histórica impregnada. No entanto, nem todos percebem-na em sua concretude, embora esteja plantada na educação familiar, na escola, na televisão, nos jornais, na moda, no cinema, na Igreja.

As idéias sobre as coisas, incorporadas em todo discurso, mostram os interesses de determinados discursos em relação a outros e acaba revestindo-se, por isso, de uma autoridade, ainda que de forma camuflada. Por essa razão, muitos admitem que a ideologia é um fenômeno negativo, próximo da ilusão, capaz de provocar inúmeras armadilhas, ao passo que também pode ser um fenômeno transformador e, ao mesmo tempo, desafiador, pois demonstra o desejo de um grande grupo.

O termo ‘ideologia’ foi introduzido, segundo Thompson (1995, p. 43), pelo filósofo francês Destutt de Tracy, em 1796, como suposta ciência das idéias, que iria facilitar o progresso nos afazeres humanos. Mas, para Napoleão Bonaparte, era uma “pretensa filosofia que tinha incitado à rebelião ao tentar determinar os princípios políticos e pedagógicos na base apenas do raciocínio abstrato”.

Max e Engels (cf. BRANDÃO 1994, p. 19) também atribuem uma carga negativa à ideologia, mas por ressaltarem justamente a luta de poder desigual entre a ideologia da burguesia e a ideologia do proletariado, considerando-a uma ilusão de mascaramento da realidade social. Essa dominação é confirmada por Chauí, para quem

[...] a ideologia é um conjunto lógico, e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem, aos membros da sociedade, o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como

devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. (CHAUÍ, 1995, p. 174).

Independente de alguns grupos exercerem poder sobre outros, para a AD, não há discurso sem sujeito, e sujeito sem ideologia; o ideológico não está em alguns lugares discursivos, mas em todos: “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos: tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” [...] a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (BAKHTIN, 1992, p. 31, 36).

Então, ao fazer uso da ideologia, trava-se uma luta, em que é preciso observar o contexto sócio-histórico e a inter-relação de sentido e poder, uma vez que se materializa na linguagem. A ideologia trabalha num espaço em que é sustentada e reproduzida, contestada e transformada através de ações e interações, numa contínua relação de confronto de formas simbólicas, que vão impondo mudanças de palavras, símbolos ou gestos, entre outros fatores que sustentam as relações de dominação.

As ambições de uma classe dominante são articuladas no discurso, lugar ideológico, e, de acordo com Thompson (1995, p. 82), mediante alguns aspectos: (a) legitimação, ou seja, deve estar sustentada em fundamentos racionais, os quais apelam à legalidade das palavras: em fundamentos tradicionais, baseados em regras indiscutíveis; e em fundamentos carismáticos, que manifestam o poder exercido por um indivíduo através de seu discurso.

Uma outra forma de agir no ideológico é pela (b) dissimulação. Nesta, as relações de dominação podem ser mantidas desde que sejam ocultadas ou obscurecidas e, para isso, uma das estratégias apropriadas é o deslocamento: uma palavra costumeiramente utilizada para referir-se a uma coisa é usada para outra, daí o uso de linguagem figurada, mais

precisamente da metáfora e da metonímia, pois o dizer não tem, ali, um comprometimento tão explícito, mas consegue manter, dissimuladamente, as relações de poder.

Ainda se pode dizer que a ideologia opera também através da (c) reificação: as relações de dominação são estabelecidas em uma situação transitória, pois o caráter sócio-histórico dos fatos geralmente é eliminado.

Enfim, diante das formas pelas quais a ideologia pode se manifestar, percebe-se seu alinhamento à idéia de poder, controlando a interpretação dos sentidos produzidos em sua materialidade discursiva. Portanto, a linguagem é suporte das representações ideológicas, ela abre brechas para que o equívoco se instale e trabalhe no interlocutor relações de poder.

Dessa maneira, os homens interagem entre si e com o mundo dentro da ideologia, ou melhor, através dela amoldam-se às condições de sua existência social. E, como os sujeitos estão impregnados de ideologia, quer por uma relação de superioridade, quer por uma relação de inferioridade, atribui-se sentido às coisas a serviço do poder e da dominação administrada por quem exerce mais domínio sobre os demais. O sujeito, como fruto de uma posição social, é, então, efeito da relação ideológica que trabalha entre a língua e a história.

Nesse contexto, o jogo de poder de uma ideologia sobre outra, ou mais evidente que outra, manifesta-se o DR, cujo poder, pelas palavras de Deus, perpetua-se numa arena ideológica desigual: de um lado, a voz divina com a verdade; de outro, seu algoz, o inimigo das trevas; e, entre ambos, os fiéis à mercê de uma ideologia cristã sacramentada e validada há milênios. Tal fato vem reforçar que os sentidos não estão nas palavras, nem nos sujeitos, mas na relação que se estabelece entre os dois, em cujo intervalo trabalha o ideológico. Por isso, ao se estudar os efeitos de sentido que um discurso provoca, observa-se que os sentidos são condicionados pelo contexto ideológico e, conseqüentemente, pelas relações de força que se desencadeiam a partir deste.

O poder, num significado amplo, “designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos” (BOBBIO et alii, 1986, p. 933) e, também, aquilo que uma pessoa exerce sobre outra, de uma classe, de partido político entre outras categorias. De acordo com Epstein (1993, p. 43), o exercício do poder apresenta duas características distintas: a primeira é positiva, instaura-se como estabelecimento de ordem, impondo “leis” e regras; a segunda tem certo sentido negativo, pois obriga ao cumprimento da ordem.

No DR, o que faz com que as palavras se transformem em palavras de ordem é algo fora delas, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia. Assim, os representantes de Deus fazem uso do discurso sagrado com autoridade, produzindo as mudanças que desejam e fazendo-a existir como sentido de vida. Bourdieu (2000, p. 188) chama isso de *poder simbólico*, um poder que quem está sujeito dá àquele que o exerce, como um crédito em que se deposita a confiança, a crença e a obediência.

Esse jogo de poder, além de estabelecer relações com as palavras de ordem, ganha uma forma maior quando está regulado pela verdade, ou pelo que se considera verdade. Esta não existe fora do poder. Desse modo, “a verdade de qualquer discurso depende da veracidade e, também, da autoridade daquele que o pronuncia, ou seja, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade” (BOURDIEU, 2000, p. 186).

Por esse motivo, o DR trabalha com a idéia de que não há ninguém melhor do que a instituição Igreja para falar em nome da voz maior, que é a voz de Deus, cuja autorização é dada ao padre. Ganha a instituição, portanto, legitimidade na medida em que os fiéis se colocam em situação de submissão diante de um poder maior. Percebe-se, assim, que há uma relação de poder que extrapola as dimensões do signo, que extrapola a habilidade argumentativa do padre, já que paira numa força ideológica além de ambos; está, pois, no imaginário social.

## 2.5 DISCURSO RELIGIOSO

Por meio da palavra de Deus, o DR articula-se a favor do bem-estar da sociedade que, dominada pela fé e fragilizada pelas questões existenciais, recebe com louvor a sabedoria divina pelas palavras de um representante aqui na terra: o padre, numa situação constante de coação, já que nunca chegará, pela sua natureza humana pecadora, à imagem e semelhança de Deus.

Com tal argumento, o DR age entre o fiel e Deus numa distância em que os dois se aproximam, e é justamente nesse intervalo que trabalham as relações de dominação da palavra divina e, conseqüentemente, submissão a ela.

Mesmo que se diga que o texto bíblico é dado a muitas interpretações, cada Igreja trata de limitá-las. A credibilidade da palavra de Deus não é questionada, já que é supostamente sabida sua autoria (pelo menos o que se entende comumente como autoria). Homens são apenas porta-vozes, veículos que falam em nome dEle. Citelli (1998, p. 48), assim, confirma: “A voz de Deus plasmará todas as outras vozes, inclusive aquela que fala em seu nome: o pastor”.

O pastor, padre, ou quem quer que seja o representante das palavras de Deus, trabalha em seu discurso, como pano de fundo, o texto bíblico e, tendo como pilar essa paráfrase recorrente, batiza seu dizer sobre o já-dito (e sacramentado), e, ignorando que é interpelado ideologicamente, acredita-se fonte do seu dizer.

Por essas razões, apesar de a metáfora da metáfora ser recorrente, no DR, o caráter polissêmico do signo perde lugar num constante embate, a fim de que as palavras de Deus atinjam uma interpretação única, que garanta à Igreja a manutenção de seus dogmas. É como

se o signo, apesar das tantas possibilidades de sentido, metaforicamente falando ou não, atingisse um só sentido desejado, como garantia à fidelidade dos dizeres divinos que se quer eleger.

Nesse cenário do DR, cuja relação de poder atribui aos fiéis um papel de submissão, o ideológico não sai de cena, continua atravessando o sujeito, mas acaba não mudando o lugar que ele ocupa, pois materializa-se numa formação discursiva de natureza desigual.

A permanência discursiva (repetição, paráfrase) do DR perpetua sentidos aproximados do que a Igreja pretende para seus fiéis, e o que levou a esse poder de dirigir opções foi a interpelação ideológica, da qual o sujeito não tem domínio, ficando limitadas suas possibilidades de escolha.

Pêcheux (1988, p. 160) contempla o ideológico interpelando o sujeito. Para o autor, o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, em sua relação com a literalidade transparente do significante, mas se produz com as posições ideológicas assumidas no contexto sócio-histórico em que é produzida. Isso permite perceber o sujeito enquanto sujeito apenas numa posição social, assim interpelado pela ideologia. Daí ao paradoxo entre *ser sujeito*, ou *estar sujeito*, pois “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do sujeito, para aceitar, portanto (livremente), sua submissão” (ALTHUSSER, 1992, p. 93).

Nesse contexto, os sentidos que o sujeito busca apreender dos discursos não nascem nele, são recuperados, sim, de outros tantos discursos, é o processo interdiscursivo fazendo-se valer. Ma isso esbarra no DR, onde o interdiscurso mascara-se numa idéia de um único discurso que veio de Deus e, por isso, intransponível. É a verdade dos homens, a única que deve ser seguida, numa mobilidade discursiva que se perde pela função primeira de representar um discurso institucional.

Tanto quanto outros discursos, o DR tem relação com o contexto histórico-social e as formações discursivas que refletem as ideologias, porém reduz-se a retratar a submissão do homem – que vive num plano temporal, e mortal, efêmero, falível, finito – ao sujeito Deus, aquele que está num plano espiritual, eterno, infinito, ainda que visto como *pessoa*: por isso que “[...] o funcionamento da ideologia transforma a força em direito e a obediência em dever” (REBOUL, 1980, *apud* ORLANDI, 1996, p. 242).

Como já se disse, todo esse processo discursivo ampara-se na fé, um elo na relação homem/Deus. Por meio desta, o homem alimenta-se de coragem para buscar o caminho da salvação, distinguindo os fiéis dos não-fiéis e tornando-se, para alguns, um conforto e, para outros, aqueles que não crêem na palavra divina, um conjunto de palavras intimidativas; com os dizeres do DR que se vem traçando até agora, é preciso deixar de lado o caráter móvel do discurso e sua produção de sentidos. A partir das formações discursivas, o produto da leitura de um sujeito não será o mesmo que de um outro sujeito. Nesse sentido, foge ao poder de um texto garantir unicidade no possível entendimento que seu ator elegeu como o “original”, o que levaria o sujeito a um certo poder de escolha na vasta possibilidade de sentidos. Mas, discursivamente falando, o processo não é tão plural assim. Estão, os interlocutores estão sempre comprometidos em situações contextuais distintas, anteriores ao texto, e em uma terceira situação comunicativa, que também se impõe com aspectos histórico-ideológicos particulares.

Os dizeres do DR, ano após ano, pretendem se manter muito próximos a um discurso unívoco e, nos princípios de regularidade de seu capital simbólico, há milênios, luta para defender a fé em Deus por meio da palavra, convocando a emoção para se colocar como razão. Trata-se de um jogo de poder que, nos discursos de maneira geral, já acontece através de seu caráter ideológico, mas que, no DR, ganha institucionalmente um peso ainda maior,

um peso que vem de algo não palpável, culturalmente estigmatizado como a única e verdadeira força que move o mundo.

Um texto, como se diz tradicionalmente, “denotativo” poderia ter mais condições de manter-se mais próximo, nas eventuais leituras, do ideal de produção do seu autor; e um texto “conotativo” escaparia facilmente a essa preocupação. Seria o espaço da metáfora da metáfora mais perigoso. O DR, porém, procura, como meio persuasivo, ilustrações dessa natureza, a fim de que, com analogias, possa simbolizar seus objetivos de forma não tão direta, dissimulando-os.

Toda essa eficácia simbólica do DR não reside no papel desempenhado pelas palavras, pois ecoa num terreno histórico-cultural e, por isso, ideológico; personifica, antes, um poder que é inatingível, um poder que está aquém e além da palavra e, nesse contexto, o sujeito envolve-se sem muita possibilidade de escolha. Ou acredita no texto da sagrada escritura, ou não é o interlocutor dele, já que “se desviou dos caminhos de Deus”.

O trecho bíblico a seguir ilustra a distância que regula o trabalho com os sentidos das palavras no DR e sua característica imperativa:

Quem mediu toda a água do mar na concha da mão? Quem mediu a palmas o tamanho do céu? Quem mediu numa vasilha o pó da terra? Quem pesou as montanhas na balança e as colinas nos seus pratos? Quem dirigiu o espírito de Javé, quem lhe sugeriu o seu projeto? A quem pediu conselho para se instruir, para lhe ensinar o caminho do direito, para lhe ensinar a ciência e lhe indicar o caminho da inteligência?

Vejam: as nações são gotas num balde, e não valem mais que poeira num prato da balança. Vejam: as ilhas pesam como um grão de areia. O Líbano não bastaria para acender o fogo, e suas feras não bastariam para um só holocausto. Diante de Javé as nações são como se não existissem; para ele não contam mais que o nada e o vazio. Com quem vocês poderão comparar Deus? Que figura podem arrumar para representá-lo? (ISAÍAS 40, 12-18)

Os judeus pedem sinais e os gregos procuram a sabedoria; nós, porém, anunciamos Cristo crucificado, escândalo para os judeus e loucura para os pagãos. Mas, para aqueles que são chamados, tanto judeus como gregos, ele é o Messias, poder de Deus e sabedoria de Deus. A loucura de Deus é mais sábia do que os homens, e a fraqueza de Deus é mais forte do que os homens. (CORÍNTIOS 1, 22-25)

A idéia que passa é de uma conversa com fiéis passivos, ou a tentativa de transformá-los em fiéis passivos. Não há interação comunicativa no sentido usual da palavra. Uma voz, que é a de Deus, suprime todas as outras; uma voz que se incorpora na bíblia para propagar dizeres que aspiram à univocidade de sentido.

Como tratado anteriormente, a metáfora da metáfora, tão comum no DR, poderia constituir-se um terreno muito mais arenoso na produção de sentidos do que um texto classificado como “referencial”, por exemplo. Só que não é isso que acontece. Esse recurso se solidifica de tal maneira que, dois mil anos depois de Cristo, os autorizados por Deus, os padres, continuam pregando em lugares-comuns do discurso, na tentativa de manter um fio condutor dos dogmas da Igreja. Portanto, o que se tem como metáfora da metáfora, um sentido além do tradicional – ou primeiro, ou literal, como se queira chamar – perde a característica de mobilidade de sentido e passa a ser o próprio sentido desejado, e único, da palavra, voltando às metáforas características da metáfora original.

Orlandi (2003, p. 154), em sua tipologia do discurso, classifica-o em *autoritário*, *polêmico* e *lúdico*. E é no autoritário que se enquadra o DR, um discurso que foge à sua natureza polissêmica para ganhar a impressão de monossemia. Não há, nessa situação, uma luta justa, mas uma luta desigual. De um lado, o sujeito com o sentimento de culpa: se não acreditar nas palavras de Deus, é ateu; de outro, um discurso cujo dono, culturalmente falando, é a idéia de perfeição.

Nessa desigualdade de papéis, o DR vai percorrendo novos tempos, mas seus ensinamentos continuam aprisionados em metáforas da metáfora que já perderam o caráter de sentido segundo, e ganharam o sentido primeiro, como único permitido. Por essa razão, ressalta-se a relação necessária das práticas discursivas e sua materialização lingüística como meio de cristalizar-se.

Além do uso da metáfora da metáfora, buscará o DR tantos outros artifícios para perpetuar seus dizeres. Segundo Citelli (1998, p. 52), há inúmeros fatores que contribuem para que a persuasão atinja com propriedade o fim a que o DR se propõe. E, embora haja diferentes religiões, diferentes práticas e rituais, algumas características marcam o funcionamento, na perspectiva de uma análise lingüística (busca de pistas lingüísticas para trabalhar a *ordem* do discurso), de qualquer DR:

- *o uso do modo imperativo*: o locutor dirige-se ao ouvinte, ou seja, Deus dirige-se aos homens, a fim de fazer com que estes realizem o processo expresso pelo verbo e demonstrem, dessa maneira, confiança ou obediência a Ele. A passagem de Lucas 7, 22 é um exemplo: “Ide, e anunciai a João o que tendes vistos e ouvido: que os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres anuncia-se o evangelho”.

- *apelo ao vocativo*: o locutor interpela alguém para manter a atenção, aproximando-o, assim, do contexto divino. Vejam-se os exemplos: “E eu, irmãos, apliquei estas coisas, por semelhança a mim e a Apolo, por amor de vós [...]” (1CORÍNTIOS 4, 6); “E digo-vos, amigos meus: Não temais os que matam o corpo e, depois, não têm mais que fazer”. (LUCAS 12, 4)

- *a função emotiva*: o discurso produzido pode ser acordado ou não pelo ouvinte, mas depende exclusivamente dele, mexendo, então, com a emoção, a qual é motivada pela fé. Pode-se dizer ainda que o uso da emoção procura seduzir e quando isso não acontece apela à chantagem, sustentada pelo medo. É comum, em textos em que a linguagem emotiva predomina, a utilização de pontos de exclamação e de interrogação. Observem-se os exemplos em Romanos 8, 31 “[...] Se Deus é por nós, quem será contra nós?” e João 10, 14 “Eu sou o bom Pastor, e conheço as minhas ovelhas, e das minhas sou conhecido”.

- *uso (?) de metáforas*: o dizer religioso possibilita muitas leituras. Neste tipo de discurso, o “figurado”, ou a “metáfora da metáfora”, tem lugar privilegiado, pois, a partir da abertura interpretativa que o signo tem, o locutor o direciona. Assim, um padre e um pastor podem, de uma mesma leitura, extrair sentidos distintos – dado que, apesar de ambos serem religiosos, enunciam de lugares diferenciados. Vale lembrar que, no plano lingüístico, a metáfora é entendida como normalmente aparece nos livros: aquele sentido para além do literal. Em Lucas 15, 16 “O *rapaz queria matar a fome com a lavagem que os porcos comiam, mas nem isso lhe davam.*” e Apocalipse 14, 6 “Depois disso, vi outro *Anjo que voava no meio do céu, com um evangelho eterno, para anunciá-lo aos habitantes da terra, a toda nação, tribo, língua e povo*” é perceptível o emprego da metáfora da metáfora.

- *uso de parábolas e da paráfrase*: o funcionamento do DR evoca outra realidade para fortalecer as relações entre Deus e o homem, e também faz uso das paráfrases para (re)dizer a palavra divina, buscando facilitar a compreensão.

Ouçam, portanto, o que a parábola do semeador quer dizer: Todo aquele que ouve a Palavra do Reino e não a compreende, é como a semente que caiu à beira do caminho: vem o Maligno e rouba o que foi semeado no coração dele. A semente que caiu no terreno pedregoso é aquele que ouve a Palavra, e logo a recebe com alegria. Mas ele não tem raiz em si mesmo, é inconstante: quando chega uma tribulação ou perseguição por causa da Palavra, ele desiste logo. (MATEUS 13, 18-21).

- *uso de estereótipos e chavões*: os efeitos de sentido do DR ganham uma força maior com a evocação freqüente de certas designações: “Oh! Senhor”, “Criador”, “Todopoderoso”, pois estas estreitam as relações com o sagrado e fazem com que o sentimento religioso se aproxime do homem. Como exemplos, tem-se: “O **Altíssimo** não gosta das ofertas dos injustos e não é pela abundância das vítimas que ele perdoa os pecados” (ECLESIASTICO 34, 19) e “Eis que a casa de vocês ficará abandonada. Eu lhes digo: vocês não me verão mais, até que chegue o tempo em que vocês mesmos dirão: Bendito aquele que vem em nome do **Senhor**” (LUCAS 13, 34).

### 3 ANÁLISE

O DR rege sobre as pessoas um poder supremo. Centrado, predominantemente, em metáfora da metáfora, apresenta um argumento de autoridade, pois nada é mais forte que a palavra de Deus e, para tanto, busca na língua artificios para impressionar os fiéis.

A análise que segue vai observar a Carta de São Tiago (BÍBLIA SAGRADA, 1990, cap.2, 14-26, p. 1491-1492) cujo título é “A fé se manifesta em atos concretos”, na visão da leitura realizada pelo Pe. Antônio Vieira, no Sermão da Quinta Dominga da Quaresma (1655), e da realizada por cinco padres da Igreja Católica, entrevistados para este fim e cujos depoimentos foram obtidos através de um questionário aberto.

No DR, a idéia de que a metáfora provoca múltiplas interpretações acaba sendo desmistificada, pois o poder da Igreja aspira ao engessamento da palavra, revelando, dessa maneira, uma posição de submissão ao poder.

Na busca de ilustrar a cristalização da metáfora (signo) e da metáfora da metáfora no DR, elegeu-se o texto “A fé se manifesta em atos concretos” por ser bastante recorrente no processo intertextual da Igreja. Como exemplo, o Sermão da Quinta Dominga da Quaresma do Pe. Antônio Vieira, e, ainda, para verificar se os sentidos dessa leitura se matizaram, realizaram-se entrevistas com cinco padres da mesma religião, a Católica.

O material relativo às entrevistas encontra-se, *ipsis litteris*, no Anexo deste trabalho. O *corpus* foi coletado em gravação de fita cassete e transcrito; por questão ética, foram omitidos os nomes dos padres, então identificados em Pe. 1, Pe. 2, Pe. 3, Pe. 4 e Pe. 5.

Seguem as perguntas que nortearam a conversa:

- a) A fé sem obras é morta?
- b) Que obras, hoje, as pessoas realizam e são consideradas demonstrações de fé?
- c) As obras a que se refere São Tiago devem satisfazer o corpo ou a alma?
- d) Fazer uso da fé exclui a razão, e vice-versa?
- e) A situação financeira interfere na crença?

Os padres que colaboraram explicitando sua interpretação sobre a carta “A fé se manifesta em atos concretos” têm entre 30 e 60 anos; 4 (quatro) atuam em paróquias da Região Sul e 1 (um), por ser missionário, em todo o País. Vale ressaltar que esses representantes ocupam um papel de liderança importante em paróquias de cidades pequenas, em que a figura do padre é respeitada e, muitas vezes, idolatrada, mas essa liderança não implica necessariamente que todos estejam engajados ativamente em causas sociais.

Quanto ao Pe. Antônio Vieira, valem alguns dados bibliográficos para preceder a análise. O jesuíta português foi um homem eclético e polivalente, pois além de pregador, oficialmente ordenado sacerdote em 1635, exerceu ao longo de sua vida várias funções, como escritor, professor, diplomata, filósofo entre outras, ao lado de sua luta pelas causas político-sociais, em que defendia índios e negros, atacando o abuso de poder que sofriam.

Por pregar a justiça, a valorização da moral e do bem-estar das comunidades, principalmente das mais desfavorecidas, Vieira teve muitos inimigos, tanto na Igreja como na

Corte, o que resultou na sua expulsão do Maranhão, em 1661, pelos colonos, e na prisão pela Inquisição em 1665.

Vieira tinha um inigualável talento para arquitetar argumentos. Dono de um discurso engenhoso, capaz de persuadir os fêis, sua voz se perpetua, ainda hoje, por meio de seus Sermões, enriquecidos por imagens e conceitos que ilustram sua filiação à Igreja Católica, ou especialmente ao Deus da Igreja Católica, já que desta se distancia no campo dos interesses.

Ao observar a vida do orador português, vê-se que ele se diferencia de inúmeros padres da companhia da qual fazia parte, pois seu comprometimento social foge bastante do estereótipo de padre da época seiscentista. Suas ações diferenciavam-se das dos colegas e seu discurso era veículo de indignação à exploração dos mais fracos, mas o amor, o temor a Deus o reaproxima de seus pares.

Como já mencionado, a “A fé se manifesta em atos concretos”, da Carta de São Tiago (2, 14-26), muitos outros textos recorrem. A temática pauta-se em não bastar ao homem apenas ter fé, mas sim a forma como a concretiza em ações esse sentimento. No DR, esta carta serve de referência para outras tantas interpretações a partir da simbologia de “A fé sem obras é morta”.

Uma dessas leituras da Carta de São Tiago apresenta-se, a seguir, num fragmento do Sermão da Quinta Dominga da Quaresma do Pe. Antônio Vieira, em cujas linhas o maior orador sacro português articula um discurso interpelativo, tal como é comum em São Tiago e no discurso de muitos padres, para direcionar os fiéis à idéia pretendida: a crença em Deus se dá através de ações:

Como estamos na corte, onde as casas dos pequenos não se faz caso, nem têm nome de casas, busquemos esta fé em alguma casa grande, e dos grandes. Deus me guie. O escudo desta portada, em um quartel tem as quinas, em outro as lises, em outro águias, leões e castelos; sem dúvida este deve ser o palácio em que mora a fé cristã, católica e cristianíssima. Entremos, e vamos examinando o que virmos, parte por

parte. Primeiro de tudo vejo cavalos, liteiras e coches; vejo criados de diversos calibres, uns com libré, outros sem ela; vejo galas, vejo jóias, vejo baixelas; as paredes vejo-as cobertas de ricos tapizes; das janelas vejo ao perto jardins, e ao longe quintas; enfim, vejo todo o palácio, e também o oratório, mas não vejo a fé. E por que não aparece a fé nesta casa? Eu o direi ao dono dela. Se os vossos cavalos comem à custa do lavrador, e os freios que mastigam, as ferraduras que pisam, e as rodas e o coche que arrastam são dos pobres oficiais, que andam arrastados, sem poder dobrar um real, como se há de ver a fé na vossa cavalheriça? Se o que vestem os lacaios e os pajens, e os socorros do outro exército doméstico masculino e feminino depende das mesadas do mercador que vos assiste, e no princípio do ano lhe pagais com esperança, e no fim com desesperações, a risco de quebrar, como se há de ver a fé na vossa família? Se as galas, as jóias e as baixelas, ou no reino, ou fora dele foram adquiridas com tanta injustiça e crueldade, que o ouro e a prata derretidos, e as sedas, se se espremeram, haviam de verter sangue, como se há de ver a fé nessa falsa riqueza? Se as vossas paredes estão vestidas de preciosas tapeçarias, e os miseráveis, a quem despistes para as vestir a elas, estão nus e morrendo de frio; como se há de ver a fé, nem pintada nas vossas paredes? Se a primavera está rindo nos jardins e nas quintas, e as fontes estão nos olhos da triste viúva e órfãos, a quem nem por obrigação, nem por esmola satisfazeis ou agradeceis o que seus pais vos serviram, como se há de ver a fé nessas flores e alamedas? Se as pedias da mesma casa em que viveis, desde os telhados até os alicerces, estão chovendo o suor dos jornaleiros, a quem não fazíeis fêria, e, se queriam ir buscar a vida a outra parte, os prendíeis e obrigáveis por força, como se há de ver a fé, nem sombra dela na vossa casa? (VIEIRA, 1998, p. 135).

Pe. Antonio Vieira procurou sinais de fé na morada de um nobre, mas encontrou somente objetos que simbolizavam a fé cristã, os quais, no entanto, serviam muito mais a valores materiais do que espirituais. Logo, percebendo que a nobreza erguia seus castelos e vivia explorando outras pessoas que sobreviviam em condições desumanas, Vieira observou que a fé não pode existir sem harmonia com a vida social, mostrou que Deus não está ao lado dos ricos, da falsidade e da corrupção, e o faz principalmente através de metáfora da metáfora. São alguns exemplos (idem *ibidem*):

- a) “escudo desta porta”;
- b) “o palácio em que mora a fé cristã”;
- c) “não vejo a fé”;
- d) “lhes pagais com esperança”;
- e) “e as sedas, se se espremeram, haviam de verter sangue”;
- f) “se a primavera está rindo nos jardins”;

g) “as fontes estão nos olhos tristes e órfãos”.

Em algumas considerações, vê-se que o texto arquiteta analogias para defender uma tese: não seria possível encontrar a fé naquele palácio uma vez que todo o luxo era fruto da exploração dos serviçais. Ao lado disso, cria-se a ilusão de que, se não fosse assim, seria possível encontrá-la. Um efeito de sentido das formulações é que a fé tem caráter material, e não abstrato (“não vejo a fé”).

Uma pergunta pertinente seria: Por que usar esse recurso? Entre este e uma linguagem dita literal há convocação de sentidos diferentes. A ilustração com outras palavras, na metáfora da metáfora, que aproxima campos aparentemente separados, parece nascer de uma criação mais subjetiva e, por isso, talvez, seria recebida também para essa via da subjetividade, terreno fértil para o DR. Daí, a recorrência a um campo discursivo que instiga o refletir com e pela emoção.

Os contextos recorrentes no DR são responsáveis pela cristalização da metáfora da metáfora, que a faz perder a definição costumeira de sentido figurado, aprisionando-a ao sentido dito literal, para este trabalho um sentido já de origem metafórica (metáfora primordial).

Faz-se necessário acrescentar que, por mais que o DR ofereça possibilidade a algumas leituras, a interpretação é marcada por uma ideologia religiosa que se mantém ao longo do tempo. Assim, tanto no discurso de Vieira quanto na fala dos entrevistados, há marcas que se repetem, ou seja, mesmo que eles façam uso de signos lingüísticos diferentes, a significação da metáfora da metáfora conduz a um sentido o mais unívoco possível, sem aparente ruptura.

Na entrevista, os padres exemplificam isso num engessamento da palavra divina simbolizada com:

Pe. 1: “Mostra-me tua fé”

Pe. 3: “a fé é a força de Deus que age dentro de nós”

“qualidade da minha fé”

Pe. 4: “a dimensão das obras, e a dimensão da fé [...] têm que caminhar juntas”

Pe. 5: “Deus ainda tem uma atração toda especial”

Nota-se que não é necessário um esforço a mais para se interpretar esses dizeres que trabalham no âmbito do lugar-comum; se o recurso usado é a metáfora da metáfora, poder-se-ia pensar que o trabalho de produção de sentido levaria a, no mínimo, um esforço segundo, o que não acontece, porque a identificação interpretativa já foi incorporada e se dá rapidamente.

No DR, há um apelo à função emotiva da linguagem; a idéia é tocar o coração dos fiéis por meio da palavra, seja através da sedução ou da chantagem, e mexer com as emoções para facilitar o intento de tratar com um ouvinte receptivo. Um dos recursos que recobre isso é o questionamento. De São Tiago: “Por acaso a fé poderá salvá-lo?” a Antônio Vieira: “como se há de ver a fé nessa falsa riqueza?”, as perguntas abrem para uma suposta possibilidade de interlocução, instaurando um desconforto de vazio para, em seguida, sem tempo de resposta dos fiéis, oferecerem as palavras de Deus como forma de resolver essas inquietações.

Questão A: A fé sem obras é morta?

Pe. 1: “se meu irmão ou irmã não tem o que vestir e lhe falta o pão de cada dia e alguém de vocês lhe disser: ‘vão em paz, se aqueçam e comam bastante’ e, no entanto, não lhe dão o necessário para o corpo, de que adiantará isso?”. Em seguida, a resposta: “O único e verdadeiro culto é aquele que expressa uma prática de justiça e amor e celebra simbolicamente a plenitude dessa prática”.

Pe. 3: “E essa fé está numa pessoa que, diariamente, enfrenta desafios. Como?”, a resposta é “ Bom, é, trabalho, a vivência, a convivência...”. E ele continua: “E essa fé estando dentro da pessoa, ela precisa ser, necessariamente, traduzida em boas obras. Por quê?”, com a resposta: “Porque as boas obras mostrarão a qualidade da minha fé ou a qualidade da minha relação com Deus, a qualidade da minha relação com o próximo, a qualidade da minha relação com a natureza, a qualidade da minha relação com a própria vida. Então, necessariamente, a fé exige obras”.

Na fala do Pe. 4 tem-se: “Então, a fé e as obras caminham juntas, porque uma depende da outra, não é?” A resposta é: “A pessoa precisa demonstrar que ela crê através da sua prática diária. E ela também, então, porque pratica, acredita. Então, as coisas, de fato, caminham juntas, tanto a fé, as obras, não dá para fazer uma distinção, querer viver somente da fé ou só das obras”.

Questão B: Que obras, hoje, as pessoas realizam e são consideradas demonstrações de fé?

A recorrência ao recurso interpelativo acontece em:

Pe. 1: “Qual é o culto que agrada a Deus, ou seja, que obras são consideradas demonstração de fé? Resposta: “Nós celebramos o culto para louvar a Deus e nos libertar do mal.” E novamente: “Nesse encontro buscamos forças e orientação para seguirmos o Projeto de Jesus e construirmos o Reino de Deus, quanto possível já aqui na terra e em definitivo no além, o céu. Qual é esse Projeto?” A resposta dada em seguida é: “Derrubar todo tipo de barreira que atrapalha a vida em comunidade. Quebrar todo tipo de pecado: pessoal, comunitário ou social, para que ‘nenhuma imagem e semelhança a Deus’ seja machucada, destruída ou morta”. Outra vez: “Mas, e como conseguir isso?” e responde: “Ora, conseguimos esta vitória, quando ligamos fé e vida, religião e luta”.

Por sua vez, o Pe. 5 indaga: “E essas boas obras, o que são?” e completa: “São aquelas obras de misericórdia: dar pão a quem tem fome, visitar os doentes, os presos, dar acolhida a quem está peregrino, vestir os nus, quer dizer, este é que vai demonstrar que tem a fé verdadeira: este que estende a mão aos que estão marginalizados e excluídos”.

Particularmente, o Pe. 1 responde a essa questão com outras tantas perguntas. O que reforça a idéia de que, quando lançam mão de questionamentos, se não respondem em seguida já contemplam neles as respostas, pois desejam o silenciamento da voz do outro.

Apenas o Pe. 2 deixa de utilizar-se do recurso ora citado, por talvez preferir a insistência na repetição de expressões. Esta acontece bastante no DR, a fim de reforçar as mesmas práticas discursivas. A repetição de metáforas (origem), nas falas de Pe. 2, Pe. 3 e Pe. 4, comprovam que os valores religiosos cristãos pretendem conquistar, por insistência, o ouvinte.

Nos fragmentos das entrevistas, que seguem abaixo, a sustentação desse discurso monossêmico vale-se da repetição para reproduzir a confirmação necessária de uma melhor apreensão do discurso da verdade: o religioso. Veja-se:

Na questão A, Pe. 2: “a fé sem obras é morta, porque Deus não quer sacrifício, mas Deus quer a misericórdia. E a misericórdia de Deus se manifesta através das obras de caridade com as quais nós nos identificamos como católicos. Então, não basta apenas rezar, não basta apenas louvar, não basta apenas cantar e rezar [...]”.

Para a mesma questão, Pe. 3: “Porque as boas obras mostrarão a qualidade da minha fé ou a qualidade da minha relação com Deus, a qualidade da minha relação com o próximo, a qualidade da minha relação com a natureza, a qualidade da minha relação com a própria vida”.

E, continuando, Pe. 4: “a pessoa, ela é totalidade em todas as suas dimensões. A dimensão social, que é a dimensão das obras, e a dimensão da fé são duas das dimensões da pessoa humana”.

Também filia-se a esse recurso Pe. Antônio Vieira, que, à luz da metáfora da metáfora de buscar “ver” a fé no palácio que analisava, insiste, com o deslizamento que opera, indicando com isso, ao mesmo tempo e jogando com a proximidade no discurso, a materialidade da fé:

Entremos, e vamos examinando o que vimos, parte por parte. Primeiro de tudo vejo cavalos, liteiras e coches; vejo criados de diversos calibres, uns com libré, outros sem ela; vejo galas, vejo jóias, vejo baixelas; as paredes vejo-as cobertas de ricos tapizes; das janelas vejo ao perto jardins, e ao longe quintas; enfim, vejo todo o palácio, e também o oratório, mas não vejo a fé. (VIEIRA, 1998, p. 135).

É por essa razão que o DR tem caráter de permanência, isto é, mesmo que as palavras enunciadas sejam diferentes, o sentido fica aprisionado, legitimado pela fé como elo entre o homem e Deus.

Ainda, no âmbito da língua, o DR, em seu papel de discurso autoritário, faz uso recorrente do verbo no imperativo como forma de exercer certo poder sobre o ouvinte, exigindo deste sua adesão.

Questão A: Pe. 1: “Mostra-me tua fé”.

Questão A: Pe. 3: “Mostra-me as tuas obras”.

Questão A: Pe. 4: “Então, reza e trabalha”.

Questão B: Pe. 5: “Amai até os inimigos!”.

Questão C: As obras a que se refere São Tiago devem satisfazer o corpo ou a alma?

Pe 1: “Tenham todos a mesma atitude: sejam compassivos[...]”; “Não paguem o mal com o mal [...]”.

Se se limitasse a análise ao âmbito estrito do lingüístico, dir-se-ia que esses verbos no imperativo manifestam a idéia de poder. Só que o poder, como já mencionado, está em todo o espaço do DR, formando rede dentro e fora dele. Por exemplo, quando Vieira diz “Se as pedias da mesma casa em que viveis, desde os telhados até os alicerces, estão chovendo o suor dos jornaleiros, a quem não fazíeis fêria, e, se queriam ir buscar a vida a outra parte, os prendíeis e obrigáveis por força, como se há de ver a fé, nem sombra dela na vossa casa? (VIEIRA, 1998, p. 135).

Aqui, Vieira não usa verbos no imperativo, mas não deixa de articular um discurso de ordem, que, em outras palavras, “recomendaria” que se pagasse um valor aos escravos pelo serviço prestado e que não se dispusesse de sua liberdade.

Ao dizer “Deus quer a misericórdia” (Questão A, Pe. 2), a força exterior desse dizer pressupõe: Seja misericordioso. Em “A fé, ela vai exigir de fato a prática de muitas e boas obras” (Questão A, Pe. 3), tem-se: Pratique boas ações. Também na mesma questão, o Pe. 5 diz “Deus ainda tem uma atração toda especial com aqueles que menos têm”, o que leva a: Deve-se viver com privações para se conquistar o amor de Deus. Então, não seriam somente os verbos no imperativo que ilustrariam a idéia de ordem, a idéia de poder.

Na necessidade de garantir a divulgação da palavra divina e, principalmente, a devoção a ela, é comum o uso de paráfrases do texto bíblico. A santa escritura, logo, representa o que há de mais próximo às palavras de Deus: um texto balizador das representações que se faz delas.

Ao se observar o restante do texto de Vieira (Anexo 1), o autor menciona Epicuro, Lutero, Êxodo, São João, Davi, São Paulo e, nessa busca intertextual, acaba por encontrar neles reforço para suas palavras, por aproximação ou por contraste.

Nas falas dos padres, também o recurso se mostra:

Questão A: Pe. 1: “Mostra-me tua fé que eu te mostro minhas obras” (Tiago 2,18).

Questão A: Pe 4: “*ora et labora*”.

Questão B: Pe. 1: . “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância”.

Questão B: Pe. 5: “Jesus disse: “Amai até os inimigos!”

Questão C: Pe. 1: “amar seu próximo como a si mesmo”.

Questão C: Pe. 3: “E o corpo é querido por Deus, como ele mesmo disse, somos imagem e semelhança dEle”.

Questão D: Fazer uso da fé exclui a razão, e vice-versa?

Pe. 5: “Como dizia Santo Agostinho: ‘O coração tem razões que a própria razão desconhece!’”.

O DR trabalha num espaço lexical de metáforas que se estreitam em determinadas circunstâncias de sentido. Ao lado disso, firmou-se, nas linhas desta dissertação, que, mesmo quando se buscavam outras formas de expressão na metáfora da metáfora, ainda assim o exterior do discurso é mais forte. O potencial ideológico é tão maior que a expressão lingüística, A ou B, que os sentidos são propositalmente determinados e, por conseguinte, restritos.

Questão E: A situação financeira interfere na crença?

Não se pode modificar ou contestar o saber estabelecido do DR, deve-se apenas crer. Deus está acima de tudo, num plano imortal, infalível. Observe:

Pe. 2: “Então, eu não posso colocar o dinheiro no lugar de Deus”.

As palavras proferidas no DR são conduzidas a um afinamento de sentidos, pois, ainda que sejam diferentes, caminham na mesma intenção:

Pe. 3: “a fé ela independe da riqueza ou da pobreza. A fé será sempre essa força capaz de impulsionar para frente”.

E, assim, continua o Pe. 4: “ Isso não depende de ela ser pobre ou ser rica. A experiência dela com Deus é que vai dizer da veracidade da sua fé”.

A partir dessas reflexões, o discurso religioso coloca a fé como ponto crucial para a salvação, como confirma o Pe. 5: “Todos nós precisamos da fé. Por que, o que levamos mesmo deste mundo? Justamente, o bem que nós praticamos, não é?”.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*De quem é o olhar  
Que espreita por meus olhos?  
Quando penso que vejo,  
Quem continua vendo  
Enquanto estou pensando?  
Por que caminhos seguem,  
Não os meus tristes passos,  
Mas a realidade  
De eu ter passos comigo?*

*Às vezes, na penumbra  
Do meu quarto, quando eu  
Para mim próprio mesmo  
Em alma mal existo,  
Toma um outro sentido  
Em mim o Universo –  
É uma nódoa esbatida  
De eu ser consciente sobre  
Minha idéia das coisas.*

Fernando Pessoa (*apud* Coutinho, 1980, p. 93), no poema *A múmia*, angustia-se com o que ele é para ele e o que ele é para o universo. Diante de tal inquietação, o poeta português se apazigua, ou se engana (“nódoa esbatida”), com um “eu ser consciente sobre/Minha idéia das coisas” e, por isso, se faz oportuno nas linhas em que, por ora, se aquieta esta dissertação.

A temática do “quem sou”, “o que penso”, “minhas idéias são minhas(?)” perpassa a obra heterônima do autor. No fragmento do poema, os questionamentos rondam a busca pelo lugar dos sentidos: são meus, ou são dados pelo outro, pelo outro-universo? Poder-se-ia ousar fechar a resposta à pergunta com a constatação de que sou com a ajuda do outro e a partir das idéias que estão por aí precedendo minha existência.

Mas, ainda assim, não se acharia resposta confortável à busca pelo lugar onde se encontram os sentidos, onde nasceram, se não se esbarrar com eles na inevitável condição mundana do homem transitório, inquieto, novo a cada dia, a cada olhar. É no seu contato com o real que o ser humano formula e encontra sentidos, cristaliza sentidos, ressignifica sentidos. E, como nisso não há uma condição de representação literal, o sentido representa (ou apresenta) o campo das relações que estabelece entre a coisa e a idéia da coisa, em forma de metáforas.

O modo de se falar sobre alguma coisa contém, sim, marcas lingüísticas, mas é antes uma forma metafórica de estruturar o pensamento. Pensar a palavra como fiel retrato da

realidade, se a construção é social-discursiva, é esquivar-se do entendimento complexo dos processos de significação que regem o mundo da linguagem.

A partir desse entendimento, a luta, agora, é por manter uma cadeia de sentidos estáveis e limitados, a fim de facilitar a ida ao mundo das idéias, num limite de léxico para representar o real. Porém, esse jogo entra no terreno da linguagem pelo qual se marcam formações discursivas inúmeras, conseqüentemente, ideologias distintas, o que põe em risco a unificação dos mesmos dizeres. E, então, como se trata de um terreno discursivo onde várias vozes, no processo interativo da linguagem, se “acomodam” em confronto, abre-se lugar para um jogo de poder.

Se o homem, por tentativa de garantia de acesso, tenta dicionarizar a realidade dentro de certo limite lexical, grupos discursivos também o fazem. E, se esse grupo discursivo representa bem mais que suas idéias, mas a idéia de discursos institucionalizados, a luta ganha uma força ainda maior, porque não são os falantes que travam uma batalha sozinhos, são os falantes legitimados por um discurso institucionalizado.

Como representação institucional, o discurso religioso tende a se fechar ainda mais, numa tentativa de manutenção do poder que exerce. A idéia é que os signos (metáforas) se fechem como garantia de perpetuação no espaço discursivo dos sujeitos. Logo, por ser esse espaço inegavelmente transitório, a luta pela permanência de entendimentos possíveis tende a ser muito maior.

As instituições falam através das palavras e, quanto mais fechadas num limite de possibilidade de entendimento, monossêmicas, mais fácil de manter uma identificação à qual os sujeitos se filiam (ou devem se filiar). Estão por aí essas palavras e, ao atravessarem as falas, trazem consigo preceitos institucionais, dos quais não se tem exata medida da influência que exercem.

Esses sentidos se cristalizam não porque são suficientes por si só, mas porque se ancoram numa formação discursiva que procura manter-se como verdade, e atemporal. São discursos que se fecham para que não haja outro entendimento senão este um e, assim, convocam dos filiados à aceitação.

Além de essas falas serem institucionais, há pessoas que ocuparão o papel de corroborar com essa manutenção, numa hierarquia de lugar social. É o médico, é o juiz, é o pai, é o padre que diz, e são as pessoas que melhor poderiam falar em nome de, logo, a favor de. Nesse jogo (marcado), os dizeres são submetidos ao direito/dever de falar e de ouvir, discursivamente desigual.

É nesse terreno, então, que se percebeu o DR.

Apesar de ser a metáfora (origem) uma possibilidade de o homem representar no mundo das idéias a realidade, e como a realidade é tal como ele metamorfoseante, o DR vai buscar que essas metáforas sejam apreendidas sob seu domínio para facilitar a relação com os fiéis, que se dá estritamente por meio da palavra. É fazer com que a metáfora tenha uma natureza conceitual tal que os deslocamentos não aconteçam e, por resultado, não se possa questionar o que está posto.

Mas daí se depara com construções do tipo “Precisamos seguir os passos de Deus”; “As chamas do inferno arderão na alma dos ímpios”; “A semente só dará bons frutos se semeada no coração dos bons”. Tradicionalmente, reconhecem-se tais enunciados como metáforas bíblicas, sentidos segundos, não-literais, o que permite uma idéia de mobilidade de sentidos possível. Porém, são construções, da metáfora da metáfora, que, na verdade, mantêm-se igualmente presas a um domínio de extrair dali o que se pode ou não pode fazer na e para a Igreja.

O sentido primeiro, como se disse, é uma metáfora, e os deslocamentos são a metáfora da metáfora, porém este último não aparece como chance de pluralidade de sentidos, e está aí o ponto crucial para estes escritos: as duas possibilidades se mantêm próximas, senão no mesmo terreno, pois estão presas não à mobilidade significativa que se pode pensar de uma palavra, mas a uma delimitação institucional que tem tendência a uma univocidade tanto para a metáfora quanto para a metáfora da metáfora.

Foi assim que a análise do corpus permitiu pensar. Do Pe. Vieira, 1655, aos padres entrevistados, 2006, a leitura da Carta de São Tiago os enreda em limites de interpretação muito próximos. Tanto nos recursos lingüísticos de que se dispõe, quanto nos extralingüísticos, os lugares recobrados no discurso se aproximam bastante em consonância com o poder maior que representam: o poder das palavras de Deus.

## REFERÊNCIAS

ARROJO, Rosemary. **O signo desconstruído**: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Rosemary Arrojo (org.) – Campinas, SP: Pontes, 1992.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BÍBLIA. **O Novo Testamento de Nosso Senhor Jesus Cristo: Os Gideões Internacionais**. Edição, 1988.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2000.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 1998.

COSERIU, Eugênio. **Tradição e novidade na ciência da linguagem**: estudos de história da lingüística. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca [e] Mário Ferreira. – Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

DOR, Jöel. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Tradução de Carlos Eduardo Reis; supervisão técnica [por] Cláudia Corbisier. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ECO, Umberto. **Semiótica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Ática, 1991.

EPSTEIN, Isaac. **Gramática do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

FARACO & MOURA. **Gramática**. São Paulo: Ática, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI**: O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1997.

HOUAISS, edição eletrônica, 2001.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark; [ coordenação da tradução Mara Sophia Zanotto]. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, São Paulo: Pontes, 1996.

---

**A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003.

---

**Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, São Paulo: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.

PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 1999.

PRADO, José Luiz Gonzaga. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Paulus, 1990.

PESSOA, Fernando. **O Eu profundo e os outros eus**: seleção poética; seleção e nota editorial [de] Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, N. Fronteira, 1980.

POSSENTI, Sírio. Perguntas em torno de quatro temas. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, 1990.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. Porto: Rés Editora, 1983.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

\_\_\_\_\_. **Écrits de linguistique générale**. Texte établi et édité par Simon Bouquet et Rudolf Engler. Paris: Gallimard, 2002.

TERRA, Ernani. **Linguagem, língua e fala**. São Paulo: Scipione, 1997.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

VIEIRA, Antônio. **Sermões/ Antônio Vieira**. Erechim: EDELBRA, 1998.

WINE, Noga. **Pulsão e inconsciente**: A sublimação e o advento do sujeito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

## **ANEXOS**

## Anexo 1: Recorte 1

### SERMÃO DA QUINTA DOMINGA DA QUARESMA

Em Lisboa, na Capela Real, Ano cie 1655.

*Quis ex vobis argiiet me de peccato ? Si veritatem clico vobis, quare non creditis mihi'?*

#### §I

Sermão da Quinta Dominga da Quaresma ..

*O sermão de Cristo à corte de Jerusalém e aos príncipes dos sacerdotes. O famoso ato de fé de Cristo contra os judeus, e o ato de fé do pregador contra os cristãos.*

497. A uma corte e seus príncipes, à corte de Jerusalém, e aos príncipes dos sacerdotes, pregou Cristo hoje um sermão, cujo exórdio em duas cláusulas é o que eu tomei por tema. O sermão, já naquele tempo acomodando-se ao lugar e aos ouvintes, foi de um famoso ato da fé contra os judeus. Na primeira cláusula provou-lhes o Senhor que era o Messias; na segunda, convenceu-os e condenou-os de o não crerem: *Quis ex vobis argue me de peccato?* Quem de vós me argüirá de pecado? - Nesta pergunta, a que não podiam responder nem replicar, provou Cristo com evidência que era o Messias, porque homem sem pecado ninguém o foi, nem podia ser senão um homem que fosse juntamente Deus, qual era o Messias prometido na lei. -E se eu - continua a segunda cláusula - e se eu sou o Messias, e como verdadeiro Messias vos digo a verdade: *Si veritatem dico vobis* - por que me não credes a mim:

*Quare non creditis mihi?* - Se eu sou o esperado, por que não sou crido? Se a vossa esperança é esta, por que não concordais a vossa fé com a vossa esperança? Dai a razão, que não tendes nem podeis ter: *Quare, quare?*

498. A minha obrigação hoje, como sempre, é seguir o exemplo de Cristo e o texto do Evangelho E, sendo o tempo, lugar e o auditório tão diverso, qual será o sermão? Nas circunstâncias será também diverso, mas o assunto o mesmo. O assunto e sermão de Cristo foi de um ato da fé contra os judeus; o meu será de outro ato da fé, não contra os judeus, senão contra os cristãos. Praza à bondade e misericórdia divina, que se não verifique também em nós a maldição do povo judaico, que, tendo olhos não vejam, tendo ouvidos não ouçam, e tendo, ou devendo ter entendimento não entendam: *Excaeca corpopiili hiijus, et aures ejus aggrava, et oculos ejus claude: Ne forte videat oculis suis, et auribus suis audiat, et corde suo intelligat*<sup>2</sup>.

#### §II

Em que eram os judeus e em que eram os cristãos. Um caso notável que sucedeu ao pregador em sua ultima viagem das ilhas a Lisboa. Os que contam, os que zombam e os que choram do perigo da salvação.

499. Deixando os judeus, que não crêem a Cristo como verdadeiro Messias, e falando com os cristãos, que cremos, confessamos e adoramos, com a mesmas palavras convence o divino pregador uns e a outros, mas muito mais forte, e muito mais eficazmente aos cristãos: *Si veritatem arco vobis, quare non creditis mihi?* – Que diz Cristo a judeus? Se vos digo a verdade, ppor que não credes? Que diz Cristo aos cristãos? Se credes a verdade que vos digo, por que a não obrais? Os judeus erram em não concordar a sua fé com a sua esperança; os cristãos erram em não concordar a sua vida com a sua fé: e qual é maior erro e maior cegueira? Não há dúvida que a dos cristãos. Por quê? Porque a fé é das coisas que não se vêem: *Argumentum nom apparentium* – e o não crer pode ter alguma desculpa nos olhos; porém, crer uma coisa, obrar a contrária, nenhuma desculpa pode ter, nem aparência de razão, ainda falsa. Aqui nos aperta a nós mais que os judeus aquele quare.

*Quare?* Por que razão? Daí-a cá. Todos os que aqui estamos, por mercê de Deus, somos homens, e somos cristãos: enquanto cristãos, somos obrigados a ter fé; enquanto homens, somos obrigados a dar razão. E se eu tenho razão para crer o que Cristo diz, que razão posso ter para não fazer o que Cristo diz? Se tenho razão para dar a vida pela fé, que razão posso ter para não concordar a fé com a vida?

500. Dito é antigo, e, como verdadeiro e discreto, muito celebrado, que na cristandade não havia de haver mais que duas prisões, a dos cárceres do Santo Oficio, e a da Casa dos Orates. Porque um homem, qualquer que seja, ou tem fé ou não tem fé: se não tem fé, é herege, e pertence aos cárceres do Santo Oficio; se tem fé, e crê

que há Deus, e céu, e inferno, e, contudo, vive como se o não crera, é rematadamente doido, e pertence à Casa de Orates. Os judeus do nosso Evangelho, de uma e outra censura, e de uma e outra pena se mostraram bem merecedores. Quanto à fé, e ao *creditis*, não só negaram a fé a Cristo: *Non credilis mihi* - mas à sua infidelidade acrescentaram blasfêmias: *Nonne bene dicimus nos quia samaritanus es tu, et daemionium habes?* De sorte que no mesmo ato da fé, e no mesmo cadafalso, se pela infidelidade mereciam a fogueira, pela blasfêmia mereciam a mordaza. E quanto ao juízo, e ao uso da razão - *quare* - diz o texto que tomaram pedras para atirarem a Cristo: *Tiilerunt ergo lapides, utjacerent in eum* (Jo. 8,59). - No sagrado do Templo, nem as pedras eram tão mudas nem tão soltas, que as pudessem tomar ali: sinal é logo que já as traziam consigo. Vede se mereciam ser levados à Casa dos Orates, pois não só eram doidos, senão doidos de pedras?

501. Passemos agora de Jerusalém à cristandade. Porventura é melhor o nosso uso da razão que o seu *quare*. É melhor a nossa fé, que o seu *non creditis*? Não crer é ter entendimento cego e obstinado; crer uma coisa e obrar outra, é totalmente não ter entendimento; se não temos entendimento, não somos homens; se não temos fé, não somos cristãos. Que somos logo? Terrível conseqüência uma e outra! Se não somos homens, quando muito somos animais; se não somos cristãos e católicos, quando menos somos hereges. Não me atrevera a dizer tanto, se não tivera experimentado ambas estas conseqüências, e visto ambas com os olhos. Nesta última viagem - seja-me lícita a narração do caso, que, por raro e próprio do intento, é bem notável - nesta última viagem minha, que foi das Ilhas a Lisboa, em que aquela travessa no inverno é uma das mais trabalhosas, o navio era de hereges, e hereges o piloto e marinheiros; os passageiros éramos alguns religiosos de diferentes religiões, e grande quantidade daqueles músicos insulanos, que, com os nossos rouxinóis e pintassilgos vêm cá a fazer o coro de quatro vozes, canários e melros.

502. As tempestades foram mais que ordinárias, mas os efeitos que nelas notei, verdadeiramente admiráveis. Os religiosos, todos estávamos ocupados em orações e ladainhas, em fazer votos ao céu e exorcismos às ondas, em lançar relíquias ao mar, e, sobretudo em atos de contrição, confessando-nos como para morrer uma e muitas vezes. Os marinheiros, como hereges, com as machadinhas ao pé dos mastros, comiam, e bebiam alegremente mais que nunca, e zombavam das nossas que eles chamavam cerimônias. Os passarinhos no mesmo tempo com o somido que o vento fazia nas enxárcias, como se aquelas cordas foram de instrumentos músicos, desfaziavam-se em cantar. Oh! valha-me Deus! Se o trabalho e o temor não levasse toda a atenção, quem se não admiraria neste passo de efeitos tão vários e tão encontrados, sendo a causa a mesma? Todos no mesmo navio, todos na mesma tempestade, todos no mesmo perigo, e uns a cantar, outros a zombar, outros a orar e chorar? Sim. Os passarinhos cantavam, porque não tinham entendimento; os hereges zombavam, porque não tinham fé; e nós, que tínhamos fé e entendimento, bradávamos ao céu, batíamos nos peitos, chorávamos nossos pecados.

503. Isto é o que eu vi e passei, e isto mesmo o que nós não vemos, estando no mesmo, e em pior e mais perigoso estado. A travessa é da terra para o céu, e da vida mortal para a eternidade; o mar é este mundo; os navegantes somos todos; o navio, o corpo de cada um, tão fraco e de tão pouca resistência por todos os costados, e a tempestade e as ondas muito maiores: *Ascendunt usque ad caelos, et descendunt usque ad abyssos* (Sl. 106): São tão grandes, ou tão intensas as ondas - diz Davi - que umas sobem até o céu, e outras descem aos abismos. - Isto que nos poetas é hipóbole, no profeta é verdade pura e certa, sem encarecimento. Se, quando a onda vos afoga, estais em graça, põe-vos no céu: *Ascendunt usque ad caelos*; - se, quando vos soçobra e tolhe a respiração, estais em pecado, mete-vos no inferno: *Descendunt usque ad abyssos*. - E que no meio de um perigo mais que horrível e tremendo, em que o menos que se perde é a vida, uns não temam, e cantem, outros zombem, e não façam caso, e sejam tão poucos os que se compunjam e tratem da salvação? Sim, outra vez, porque os menos são os que têm entendimento e fé; os demais nem têm fé nem entendimento.

504. Ora, já que todos imos embarcados no mesmo navio, pergunte-se cada um a si mesmo, a qual destas partes pertence. Sou dos que cantam? Sou dos que zombam, ou sou dos que choram? Sou dos cristãos e católicos, ou sou dos hereges? Sou dos homens com uso de razão, ou dos irracionais? Que as avezinhas não reconheçam o perigo da vida, não alcança mais o seu instinto; que os hereges não temam a estreiteza da conta, esta é cegueira da sua infidelidade; mas que um homem cristão, no meio destes dois perigos, com a morte e a conta diante dos olhos, neste mesmo tempo esteja cantando ao som dos ventos, e zombando ao balanço das ondas!

Cris-

tão, aonde está a tua fé? Homem, aonde está o teu entendimento? Se tens uso da razão, dá cá a razão: *Quare, quare*

*A sem-razão dos cristãos que cantam ao som dos ventos e zombam ao balanço das ondas. Sendo a fé uma só fé, assim como Deus é um só Deus, qual é fundamento ou motivos? Por que os homens se dividiram em tantas seitas? Os que trocam ou mudam a fé, para a concordar com a vida, As razões de Epicuro, Mafoma, Calvino e Lutero. Queixa de Moisés contra os deuses novos do povo de Israel. Com quanta verdade disse Davi ser cegueira própria dos judeus, não só errar na fé, senão errar sempre.*

505. É tão dificultosa e tão impossível esta razão, que nenhum homem há, nem houve, nem haverá, que por mais voltas que dê ao entendimento, a possa dar, não digo verdadeira e sólida, mas nem ainda falsa e aparente. Se consultardes os bons e os justos, que caminham pela estrada real da verdade e da virtude, todos hão de dizer, e dizem constantemente que a vida se há de concordar com a fé. E se fizerdes a mesma pergunta aos maus e aos péssimos, que seguem os caminhos do erro e os precipícios da infidelidade, até estes, se não responderem que a vida se há de conformar com a fé, ao menos hão de dizer que a fé se há de conformar com a vida. Ouvi agora uma notável ponderação, e tão certa como admirável. Sendo a fé uma só fé, assim como Deus é um só Deus: *Unus Deus, una fides* (Ef. 4,5) - qual é o fundamento ou motivos por que os homens se dividiram em tantas seitas? Não há duvida que se cavarmos ao pé, e lhe buscarmos as raízes, acharemos que todas se semearam nos vícios, e deles brotaram e nasceram.

506. Primeiro se depravaram as vontades, e depois se perverteram os entendimentos. Epicuro era delicioso, Mafoma era torpe, Lutero e Calvino eram relaxados da sua profissão, e depois depravados em tudo. Vinde cá, maus homens, sede embora maus viciosos, vivei embora, ou na má hora, à vossa vontade, largai a rédea a vossos apetites; mas não façais nem inventeis novas seitas. Epicuro seja quão delicioso quiser; mas não negue a Deus o atributo da Justiça, para que os homens tenham por bem-aventurança as delícias. Mafoma seja tão torpe, e tão abominável como foi; mas não faça também torpe o céu, para que os homens esperem na bem-aventurança as torpezas. Lutero e Calvino vivam tão viciosa e depravadamente como viveram; mas não ensinem que o sangue de Cristo nos há de salvar sem cooperação nossa, para que os homens creiam que pode haver salvação e bem-aventurança sem obras. Pois, se estes homens podiam fartar a bruteza dos seus apetites sem agravo nem mudança da fé, por que a mudaram tão cegamente, e formaram seitas tão bárbaras e tão novas?

507. Aqui vereis como não há entendimento tão depravado e tão cego, nem erro tão irracional e tão atrevido, que ditasse ou admitisse jamais que a vida não havia de concordar com a fé. A vida, diziam todos, necessariamente há de concordar com a fé: nós não queremos mudar a vida, senão continuar em nossos vícios; que faremos, logo? Não temos outro meio senão trocar os mesmos extremos, e mudar a fé, porque desta maneira, já que a vida não concorda com a fé concordará com a vida. Não queremos fazer vida nova? Pois façamos fé nova; e assim o fizeram. Assim o fez na gentildade Epicuro; assim o fez no paganismo Mafona; assim o fizeram na cristandade Lutero e Calvino; e se tornarmos ao ato da fé dos judeus, assim o tinham eles já feito muito antes de todos.

508. No capítulo 32 do Deuteronômio, parte referindo o passado, e parte profetizando o futuro se queixa Moisés de que viessem ao povo de Israel deuses novos, que seus pais não tinham conhecido: *Immolaverunt diis quos ignorabant: novi recentisque venerunt, quos non coluerunt patres eorum*<sup>4</sup>. - O Deus antigo e verdadeiro, em que creram seus pais, era aquele que pêlos honrar, e se honrar deles, se chamava Deus Abraham. Deus Isaac, et Deus Jacob (Êx. 3,6). - E donde aos filhos de Abraão, Isac e Jacó, deixado o Deus antigo e verdadeiro, lhes vieram estes deuses novos e falsos: *Novi recentisque venerunt* - Vieram-lhes do Egito, vieram-lhes de Canaã, e vieram-lhes da mesma terra de Israel. Vieram -lhes do Egito, porque, esquecidos da doutrina de José, imitaram as larguezas e intemperanças dos egípcios, e adoraram os deuses do Egito. Vieram-lhes de Canaã, porque, desprezada a lei que já tinham recebido de Moisés, sem freio de lei nem razão, seguiram as cegueiras e vícios dos cananeus e adoraram os deuses de Canaã, Vieram-lhes da mesma terra de Israel, porque, abraçando os preceitos impiamente políticos de Jeroboão, deixavam o único templo de Deus verdadeiro em Jerusalém, e em todos os montes e bosques levantavam altares aos ídolos da gentildade, e se fartavam das torpezas e abominações dos seus sacrifícios. De sorte que não foram os primeiros que vieram os deuses novos, senão os vícios novos; nem foi a fé ou superstição nova a que ensinou o modo de viver novo, mas a. novidade das vidas e dos costumes foi a que introduziu a novidade dos deuses: *Novi recentisque venerunt*.

509. Aqui se deve notar de caminho uma advertência digna de grande reparo, e de grande doutrina e desengano para os que ainda não acabam de crer em Cristo, e é, com quanta verdade disse Davi ser cegueira própria dos judeus, não só errar na fé, senão errar sempre: Et dixi: *Semper hi errant corde*<sup>5</sup>. - Vede-o no tempo passado e no presente. De maneira, filhos de Abraão, Isac, e Jacó, que no tempo da lei velha buscáveis deuses

novos: *Novi recentesque venerunt* - e no tempo da lei nova buscais e adorais o Deus velho? Não é isto errar sempre? Respondem que não, e parece que dizem bem, porque os judeus deste tempo não adoram ídolos. E se não adoram ídolos, como seus antepassados, o que eles confessam, e não podem negar, que é o que adoram? Dizem que adoram a unidade de Deus, que é a frase com que se explicam em toda a parte. Agora torno eu a perguntar: E esse Deus, cuja unidade adorais, confessais também que é trino? Não. E esse Deus, cuja unidade adorais confessais também que se fez homem? Não.

510. Logo tão idólatras sois agora como fostes antigamente, porque adorar o Deus verdadeiro, negando que é trino e adorar o Deus verdadeiro, negando que se fez homem, é adorar um deus que não há, é adorar um deus fingido e falso, que é a verdadeira idolatria. E se não, vamos à experiência. A verdadeira fé entre os judeus nunca chegou a durar quarenta anos, como notou o mesmo Davi no mesmo lugar: *Quadráginta annis proximus fui generationi huic; et dixi: Semper hi errant corde*<sup>6</sup>. - Pois, se quando a vossa fé não chegava a durar quarenta anos, Deus sempre se compadeceu de vós, e vos acudiu, livrando-vos de tantos cativos, mandando-vos profetas e redentores, agora, que há mil e seiscentos anos que perseverais nessa fé do verdadeiro Deus, por que vos não acode? Porque essa que vós chamais fé, é tão verdadeira idolatria, e muito mais refinada do que era dantes.

#### § IV

*Quais vivem e procedem mais corretamente, e mais conformes com a razão: os gentios, os pagãos, os hereges, os judeus, ou os maus cristãos? A galharda proposta de Elias aos hebreus adoradores de Baal. A rematada loucura dos que não concordam a vida com a fé. A resposta coerente e discreta de Faraó a Moisés: Que Deus é esse, para que eu o obedeça? -A pergunta da serpente a Eva, e a pergunta do jumento a Balado. Qual é a razão por que pediram razão aos homens os animais, que não tem uso de razão?*

511. Mas continuemos o ato da fé dos cristãos, com os quais o juízo do meu discurso não há de ser menos reto. Acabamos de dizer que os judeus também seguiram, ou anteciparam os passos dos gentios, dos pagãos e dos hereges, em trocar e mudar a fé para a concordar com a vida; agora saibamos se os cristãos procedem mais coerentemente e conforme à razão, e se respondem melhor àquele *quare*. Os outros mudam a fé, os cristãos não a mudam: a fé dos outros mudada, é falsa; a fé dos cristãos conservada, é a verdadeira; mas, se olharmos para as vidas, as dos outros concordam com a sua fé, as de muitos cristãos não concordam com a sua. Quais vivem logo e procedem mais coerentemente, e mais conformes com a razão? Não há dúvida - miséria e vergonha grande! Não há dúvida que mais conforme à razão procede o gentio, mais conforme à razão o pagão, mais conforme à razão o herege, e mais conforme à razão judeu, que são todas as quatro espécies da infidelidade. E por quê? Porque todos estes seguem com a vida o que crêem com a fé; e o mau cristão com a fé crê uma coisa, e com a vida segue outra. Ouçamos neste ponto ao homem mais zelador da verdadeira fé, Elias. Estava no seu tempo o povo de Israel quase no mesmo estado, ou verdadeiramente no mesmo em que hoje vemos a cristandade.

512. E que fez o grande profeta? Quando Jacó acabou a luta com o anjo, tocou-lhe o anjo em um joelho, com que daí por diante ficou manco: *Tetigit nervum femoris ejus, et statim emarcuit: ipse vero claudicabat pede*<sup>7</sup>. - O joelho significa a adoração, e o manquejar Jacó de um joelho significava que o povo de Israel, descendente do mesmo Jacó, com um joelho, que era o são e direito, havia de adorar o verdadeiro Deus, e com outro, que era o manco e torcido, havia de adorar os ídolos. E tal era o estado em que naquele tempo se achava o mesmo povo, por uma parte adorando o Deus de Israel, e por outra o ídolo de Baal. Vendo, pois, Elias esta diferença e confusão de adorações tão discordes e tão contrárias, convocou o povo, e disse-lhe desta maneira: *Usquequo claudicalis in duas partes* (3 Rs. 18,21)? Até quando, ó povo insensato, haveis de manquejar na fé, divididos e discordes de vós mesmos em duas partes? - *Si Dominus esí Deus, sequimini eum: si autem Baal, sequimini illum* (ibid.): Se o Deus de Israel, a quem eu adoro, é o verdadeiro Deus, segui o Deus de Israel; e se Baal, a quem vós adorais, é o Deus verdadeiro, segui a Baal.

513. Só a espada de Elias podia cortar tão direito, e falar tão resolutamente. Ouvida a galharda proposta, diz o texto sagrado que todo o povo emudeceu, e não houve quem abrisse a boca, ou replicasse uma só palavra: *Eton respondit et populus verbum* (ibid.), - E por que razão: *quare*? Porque assim como não há coisa mais

coerente, nem consequência mais posta em razão, que seguir um homem com a vida aquilo que adora e crê com a fé, assim não há, nem pode haver ditame mais irracional e mais contrário a toda a razão, que crer uma coisa com a fé, e seguir outra com a vida. Ou a fé seja de Deus, ou a fé seja de Baal, sempre a vida e as obras hão de seguir a fé. Crer em Deus e seguir a Deus, uma e outra coisa era boa; crer em Baal e seguir a Baal, uma e outra coisa era má. Mas, posta uma vez a fé de Deus verdadeira, e a fé de Baal falsa, tão errada consequência era, e tão contrária a toda a razão não seguir a Baal como não seguir a Deus: *Si Dominus est Deus, sequimini eum; si autem Baal, sequimini illum.*

514. Cristãos - os que não obramos o que devemos - a quem adoramos? A quem cremos? A quem seguimos? *Usquequo claudicatis in duas partes?* - Será bem que tenhamos um pé em Roma, adorando a Cristo, outro em Constantinopla, guardando o Alcorão? Um em Roma, beijando o pé a S. Pedro, outro em Jerusalém, beijando a mão a Herodes? Um em Roma, rezando a Santa Maria Maior, outro em Chipre, oferecendo sacrifícios à deusa Vênus? Um em Roma, visitando as sete Igrejas, outro em Londres ou Amsterdão, profanando os altares, e perdendo a reverência às imagens sagradas? Isso faz o turco, o judeu, o gentio, o herege, e cada um conforme a sua fé; e, sendo a nossa tão contrária, será bem que em nós, cristãos e católicos, se ache o mesmo? Se não concordar a vida com a fé é um ditame tão bárbaro e tão irracional, que não cabe no entendimento de Lutero, que não cabe no entendimento de Epicuro, que não cabe no entendimento de Mafoma, e como cabe no nosso entendimento? Pôr a bem-aventurança nas delícias, como Epicuro, é ser gentio: passe; pôr a bem-aventurança nas torpezas, como Mafoma, é ser turco: seja; esperar a bem-aventurança sem obras, como Lutero e Calvino, é ser herege: vá na má hora. Mas ser cristão na fé, e a vida ser de Epicuro? Ser cristão na fé, e a vida ser de Mafoma? Ser cristão e católico na fé, e a vida ser de Lutero e de Calvino, em que entendimento pode caber tão rematada loucura? Há quem responda, há quem dê razão, há quem diga o *quare?*

515. O povo judaico junto ficou tão convencido da proposta de Elias, que todo emudeceu, sem haver quem replicasse uma só palavra. E eu, em toda a Escritura Sagrada, só acho um homem que satisfizesse à minha pergunta, e respondesse a propósito. E que homem será este? Cristão? Não. Judeu? Não. Gentio? Não, Turco? Não, Herege? Não. Pois, que casta de homem será ou pode ser o que só respondeu a propósito ao nosso *quare?* Um ateu. Todos esses outros, ou fiéis ou infieis, conhecem a Deus: só o ateu o não conhece, e só este pode dar a verdadeira razão do que perguntamos. El-rei Faraó tinha cativo o povo de Israel no Egito, e com o mais duro e intolerável cativo que se pode imaginar. Não lhes pagava o trabalho, antes lho acrescentava cada dia, para que não tivessem hora de descanso; punha-lhes por ministros, que superintendessem às obras em que serviam, os de condição áspera e cruel, para que mais os oprimissem; não lhes dava de comer com que sustentar a miserável vida, e até os filhos lhes matava cautelosamente, sem que os pudessem esconder nem livrar; enfim, o sumo da tirania. Neste estado de tanto aperto, em que se não ouviam mais que clamores ao céu, chegou Moisés ao Egito, e notificou a Faraó, da parte de Deus, que desse liberdade ao seu povo, para lhe ir sacrificar no deserto: *Haec dicit Dominus Deus Israel: Dimitte populum meum, ut sacrificet mihi in deserto*<sup>8</sup>. - E que vos parece que responderia Faraó? *Quis est Dominus ut audiam vocem ejus?* Que Deus, e que Senhor é esse, para que eu o obedeça? - *Nescio Dominum, et Israel non dimittam:* Não conheço tal Deus, nem tal Senhor, nem hei de dar tal liberdade ao povo. - Ó bárbaro! ó rebelde! Ó insolente e brutal tirano!

516. Isto é o que estão dizendo todos, mas eu não digo assim. Digo que respondeu Faraó muito coerente e discretamente. Como bárbaro sim, mas como bárbaro bem entendido; como desobediente sim, mas como desobediente racional. - Não conheço a Deus, e não hei de libertar o seu povo? - Ruim fé, mas boa consequência. Na fé falou como broto, na consequência respondeu como homem. Não obedecer a Deus, e dar por razão: não o conheço - bem se segue. Mas conhecer a Deus, e dizer conheço a Deus, e não querer fazer o que manda Deus, é consequência e razão que não cabe em nenhum entendimento.

Oh! quantos Faraós mais bárbaros, oh! quantos ateus mais irracionais há na cristandade! Oprimir os povos, cativar os livres, gemerem os pobres, triunfarem os poderosos; não se dar de comer a quem trabalha, não se pagar a quem serve; tirarem-se as vidas aos inocentes, e viverem os que as tiram, não só do seu suor, senão do seu sangue; e dar por razão de tudo isto: *Nescio Dominum* (Ex. 5, 2); Não conheço a Deus - é obrar mal, mas falar coerentemente. Porém, oprimir, cativar, destruir, roubar, assolar, afrontar, matar, tiranizar, e sobre isto dizer: conheço a Deus - sobre isto dizer: sou cristão - sobre isto dizer: tenho fé - não há juízo humano, nem entendimento racional em que caiba tal coisa. E se não, dai cá a razão: *Quare, quare?*

517. Para confirmação desta minha instância, tantas vezes repetida, não quero alegar nem oráculos de Deus, nem evidências de anjos, nem discursos de homens, senão ditos e palavras dos mesmos brutos irracionais,

e o que eles sentiram e disseram, ou disseram sem o sentir. Duas vezes sabemos que falaram neste mundo os brutos: a serpente que falou com Eva, e o jumento que falou com Balaão. E que disseram? Coisa notável! Sendo ambos irracionais, um à mulher, outro ao homem, ambos lhe pediram razão. A serpente a Eva: *Cur praecepit vobis Deus<sup>(9)</sup>* - O jumento a Balaão: *Cur percutis me<sup>(10)</sup>*? *Cur* é o mesmo que *quare*: por que razão? E qual é a razão por que pediram razão os animais que não têm uso de razão? Porque são tão obrigados os homens a dar razão do que fazem, que até os animais têm direito para lha pedir, e eles obrigação de lha dar. Mais ainda. Pediram razão estes dois animais; e de que a pediram? Das mesmas duas coisas em que nós litigamos, fé e obras. A serpente a Eva pediu-lhe a razão do que cria: *Cur praecepit vobis Deus?* - O jumento a Balaão pediu-lhe razão do que obra: *Cur percutis me?* - E se até os mesmos brutos, sem uso de razão, pedem razão ao homem da sua fé e das suas obras, nós por que a não pediremos cada um a si mesmo?

518. Se esta é a minha fé, e a minha fé é a verdadeira, as minhas obras por que são tão alheias dela, e tão contrárias? Que o cego não veja, e caia, que o judeu não conheça a verdade que lhe diz Cristo, e não creia: *Non creditis mihi* - pode-o escusar a sua cegueira; mas que o cristão, que crê, adora e confessa a Cristo, e professa a sua lei, na vida e nas obras negue a mesma verdade! Assim como ao judeu o escusa a sua cegueira, assim a nossa luz acusa mais, e condena a nossa. Se dissermos publicamente, como Faraó: *Nescio Dominum* (Êx. 5, 2): que não conhecemos a Deus - tinha coerência e desculpa o nosso ateísmo; mas, depois da água da Batismo, depois do óleo da Crisma, e, o que é mais, confessando e comungando no grémio da Igreja Católica, e na face de toda a cristandade, haja professores dela, que na soltura dos costumes, e no escândalo da vida, se não distingam dos ateus! Os mesmos brutos irracionais, e o mesmo irracional dos brutos, se Deus lhes soltara as línguas, assim como duas vezes pediram razão aos homens, assim tinham razão de dizer duas mil, e clamar ao céu e à terra que somos mais brutos que eles.

## § V

*A argumentação dos maus cristãos: em nós, ainda que a vida seja má, a fé é boa. A admirável e sutilíssima explicação do evangelista S. João. O notável dito de Davi no Salmo 118. O símbolo da fé e a fé do cúbalo. Que importa o soar ao crer sem a consonância do obrar? Se aquele que dantes era cristão, e depois negou a fé, é renegado, o que no mesmo tempo confessa a fé e a nega, que será? Os dois testemunhos de S. João e de S. Paulo.*

519. Sou tão amigo e reverenciador da razão, que até as sombras dela ouço de boa vontade. Podem instar os cristãos que não guardam a lei de Cristo, e argumentar por si nesta forma. E verdade que os infieis de todo o gênero, e ainda os mesmos ateus, parece que procedem mais coerentemente, e mais conforme à razão, porque eles concordam a sua fé com a sua vida, e nós não concordamos a nossa vida com a nossa fé. Mas nesta mesma diferença há outra muito maior e melhor, que faz pela nossa parte. E qual é? É que neles a fé é má, e a vida também má; porém em nós, ainda que a vida seja má, a fé é boa. Logo, ao menos em a metade dos procedimentos, são melhores os nossos que os seus? Assim parece, mas não é assim. Por quê? Porque aonde a vida é má, não pode a fé ser boa. Texto expresso de S. - João: *Qui dicit se nosse Deum, et mandata ejus non custodit, mendax est, et in hoc veritas non est* (Jo. 2,4). - Quem diz que conhece a Deus, e não guarda seus mandamentos, mente, - E por que mente, se o que crê é verdade?

520. Admirável e sutilissimamente se explicou o mesmo S. João: *Mendax est, et in hoc veritas non est* (ibid.): Mente, e a verdade não está nele. - No tal caso a verdade está nos mistérios que crê, mas não está no que crê os mistérios. Notai. Uma coisa é a verdade da fé em si, a qual propriamente se chama fé; outra é a verdade da fé em nós, a qual propriamente se chama crença. A fé em si sempre é verdadeira, a crença em nós pode ser verdadeira, e pode ser falsa: se concorda com a vida, é verdadeira, porque obramos conforme cremos; se não concorda com a vida, é falsa e mentirosa, porque cremos uma coisa, e abramos outra. Por isso o que não guarda os mandamentos, ainda que creia e confesse tudo o que ensina a fé, mente, e não está nele a verdade: *Qui mandata ejus non custodit, mendax est, et in hoc veritas non est*. - Se o cristão e católico cuida que a sua fé é melhor que a dos infieis, somente porque crê o que ensina o Credo, engana-se e mente-se a si mesmo: não basta só crer no Credo; é necessário crer nos mandamentos.

521. Daqui se entenderá um notável dito de Davi no Salmo 118, aonde alega e diz a Deus que cria nos seus mandamentos: *Quia mandatis tuis credidi*<sup>(11)</sup>. - O crer pertence ao Credo, e não aos Mandamentos; ao Símbolo, e não ao Decálogo. O Símbolo e o Decálogo são duas Escrituras divinas, em que consiste toda a obrigação e perfeição cristã. O Símbolo contém os mistérios da fé; o Decálogo contém os mandamentos da lei: os mistérios da fé temos obrigação de os crer, os mandamentos da lei temos obrigação de os guardar. Pois, por que troca Davi os termos, e em lugar de dizer a Deus que guardava os seus mandamentos, diz que os cria: *Quia mandatis tuis credidi?* - Porque aludiu o profeta com elegante energia, e picou e condenou os que só crêem no Credo. Este Salmo 118 foi composto por Davi pelas letras do ABC, para o cantarem, como cantavam, os que iam em romaria ao Templo. E quis ensinar a todos que o ABC da fé, é ajuntar o Símbolo com o Decálogo, e a crença do Credo com a crença dos mandamentos: *Quia mandatis tuis credidi*. - O Símbolo que não anda junto com o Decálogo não é símbolo da fé, é fé do címbalo.

522. Explico a proposição, porque bem entendo que a não entendem todos. Escrevendo, S. Paulo aos coríntios, e falando da fé e dos mandamentos, que todos se reduzem ao da caridade, pondo o exemplo em si, diz desta maneira: *Si habuero omnem fidem ita ut montes transferam, charitatem autem non habuero, mihi siim* (I Cor. 13, 2): Se eu tiver toda a fé, e tal, e tão eficaz que possa abalar os montes, e passá-los de um lugar para outro, e não tiver caridade, nenhuma coisa sou. - E se quereis que vos declare este nada que sou com uma semelhança: *Factus sum velu aes sonans, aut cymbalum tinniens* (Ibid. 1): Sou como um sino de metal, que não faz mais que soar e tinir. - Comparai-me agora o Símbolo com o címbalo: o Símbolo é o que contém toda a fé: *Si habuero omnem fidem* - e com toda essa fé sem caridade, na qual consistem os mandamentos: *Charitatem autem non habuero* - que é ou que, será qualquer cristão? *Velut aes sonans, aut cymbalum tinniens*!. Será como o sino, que não tem mais que o soar e o tinir. - Passa o Santíssimo Sacramento por junto a uma igreja, repicam os sinos das torres; e que vem a ser esta correspondência? O Sacramento é o mistério da fé; mas os sinos nenhuma coisa têm de fé, mais que o soar, e o tinir: *sonans et tinniens*. - Eis aqui qual é a fé de todo o Símbolo em que cremos, se lhe falta a observância dos mandamentos de Deus. Não é símbolo da fé, é fé do címbalo. Que importa o soar do crer sem a consonância do obrar? Que importa o tinir, ou os tinos da fé com os desatinos das vidas?

523. Má vida e boa-fé, torno a dizer, é mentira. E po que, outra vez? Porque o que professa a fé, nega-o a vida; o que diz o som das palavras, nega-o a dissonância das obras. Vede como concorda S. Paulo com S. João, os dois maiores teólogos da escola de Cristo: *Confitentur se nesse Dcum, faclis autem negant* (Tit. 1, 16): Com as vozes confessam a fé de Deus, e com as obras negam o mesmo Deus e a mesma fé que confessam. - Dizei-me: E boa a fé dos cristãos que a negam em Argel? Pois sabeis que para ser renegados não é necessário ir lá cativos. Ouí a S. Salviano, Bispo de Marselha, que está defronte do mesmo Argel: *Christiani sine operibus banis nil sibi per fidei supercilium usurpare debent*. - Note-se muito o *fidei supercilium*. Por uma parte, não só vazios de obras boas, senão cheios e carregados de obras más; e por outra, com as sobranceiras levantadas, muito prezados e presumidos de cristãos, usurpando, e roubando o nome que lhes não é devido. Por uma parte com a voz e com os pensamentos, blasonando que navegam na barca de Pedro; e por outra, com ambos os braços remando nas galés de Mafoma. E boa-fé esta? É melhor que a dos mesmos turcos? Não faltará quem replique e diga que sim, e com o mesmo exemplo, porque os cristãos forçados, que remam nas galés de Mafoma, debaixo das bandeiras turquescas, nem por isso perdem a fé de Cristo.

524. Agradeço a agudeza da réplica; mas vamos navegando pelo Mediterrâneo acima. Aporta a mesma galé ao porto de Chipre; salta Mulei Amet no meio da coxia, desembainha a cimitarra, e diz assim: - Com esta a todo o cristão, que não adorar aquela imagem de Vênus, hei de cortar a cabeça. - E que sucederá neste caso? O cristão que não quis adorar perdeu a cabeça, e ficou mártir; o que adorou conservou a vida, e ficou renegado. Agora pergunto: E se aquele cristão, que, por força, e contra sua vontade, adorou a Vênus em uma estátua de mármore, é renegado, que diremos daqueles que, não por força, senão muito por sua vontade, e por seu gosto, adoram a mesma Vênus, não em uma estátua de mármore, senão em outras que não são de pedra? Se aquele que antes era cristão, e depois negou a fé, é renegado, o que no mesmo tempo confessa a fé, e a nega, que será? Destes é que fala S. Paulo: *Confitentur se nosse Deus, factis autem negant* (Tit. 1, 16): No mesmo tempo confessam a Deus, e no mesmo tempo o negam; - e fé juntamente confessada e negada, que fé é? Pior que a do turco, porque o turco não nega o que confessa, o cristão nega o que confessa, com manifesta contradição. Assim o definiu, com autoridade pontifical, S. Gregório Papa: *Si fidem operibus tenet, si moribus non contradicit*: Confessar a fé com tão manifesta contradição, não só é crer em Deus com fé falsa, mas é crer em Deus à falsa fé: com fé mentirosa, com fé renegada, com fé traidora, E ninguém se admire de eu chamar a esta fé dos que se chamam cristãos, pior que a do turco, porque o mesmo S. Paulo, estranhando muito menores defeitos de boas

obras, não duvidou dizer que só pela omissão delas era pior o cristão que o infiel: *Et est infideli deterior* (1 Tim. 5,8).

## §VI

*O testemunho do apóstolo São Tiago. Por que a fé sem obras é morta. Como morre e se mata a fé? A morte natural e a morte violenta da fé. Os tiranos gentios e o mau cristão.*

525. Suposto o muito que fica dito, já eu me pudera contentar com estes dois grandes testemunhos de S. João e S. Paulo, ambos de fé. Mas porque a lei diz: *In ore duorum, vel trium stet omne verbum*<sup>(12)</sup> - quero acrescentar o terceiro, do apóstolo S. Tiago, o qual, entre todos os doze, foi o primeiro que provou a sua fé com a maior de todas as suas obras, que é o dar a vida. Tomou S. Tiago entre mãos este ponto da fé com obras - às quais chamou Salviano elegantemente *testes fidei* - e porque o apertou mais forte e eficazmente que todos, ouçamos o que diz: *Fides, si non habeat opera, mortua est in semetipsa. Sed dicet quis: Tu fidem habes, et ego opera habeo: ostende mihi fidem tuam sine operibus, et ego estendam tibi ex operibus fidem meam. Tu credis quoniam unus est Deus: bene facis: et daemones credunt, et contremiscunt*<sup>(13)</sup>. - Até aqui a força dos argumentos; ponderemos cada um de per si.

526. Primeiramente, diz S. Tiago que a fé sem obras é fé morta: *Fides sine operibus mortua est in semetipsa*. - Dídimo, declarando esta sentença, diz: *Fides mortua non est fides, sicut homo mortuus non est homo*: Assim como o homem morto não é homem, assim a fé morta não é fé. - Mas este comento parece que é contrário ao texto, porque o texto diz: *Mortua est in semetipsa*: que a fé é morta em si mesma. - Logo, se é a mesma, é fé? Sim: é fé, e a mesma fé; mas, assim como o homem morto é o mesmo homem, do mesmo homem - nomeado por seu nome - dizemos que morreu, que vai a enterrar, que está sepultado, que há de ressuscitar. E, contudo, esse mesmo não é já homem. Ainda que um homem não faça nem tenha obra alguma boa, dirá: Eu creio tudo o que crê a Santa Madre Igreja; logo, a minha fé é a mesma que a do maior santo? Assim é. A mesma, mas morta: *Mortua in semelinsa*. - No santo é viva, porque é fé com obras; e em vós, porque carece de obras, é morta. O mesmo S. Tiago tornou a declarar a sua sentença por outra frase: *Sicut enim corpus sine spiritui mortuum est, ita et fides sine operibus mortua est* (Tg. 2, 26): Assim como o corpo sem alma é morto, assim a fé sem obras é morta. - De maneira que as obras são a alma da fé: e do mesmo modo que o homem com a alma é homem vivo, e sem alma é homem morto, assim a fé com obras é fé viva, e sem obras é fé morta. E fé sem 'alma, ou fé desalmada, porque é fé de cristãos desalmados.

527. E se alguém me perguntar: como morre, ou se mata a fé? - respondo que por um de dois modos: ou natural, ou violentamente. Se a fé somente carece de boas obras, morre naturalmente, e como à fome; se, além de não ter boas obras, exercita as más, morre violentamente, e como à espada. Quanto ao primeiro modo, diz assim Santo Agostinho: *Sicut corpus cibo reficitur, sic fides charitate animatur*<sup>(14)</sup>. Assim como o corpo vive do comer, com que se nutre e sustenta, assim a fé se anima e alimenta com as obras de caridade. - De onde se segue que, do mesmo modo, assim como o corpo, faltando-lhe o comer, morre à fome, assim também morre à fome a fé, faltando-lhe as obras de caridade. Não tem menor autor esta consequência, que o mesmo S. Tiago, o qual argumenta nesta forma: *Si frater aut soror nudi sint, et indigeant victu quotidiano, non dederitis autem eis quae necessaria sunt corpori, quid proderit? Sic et fides, si non habeat opera, mortua est in semetipsa* (Tg. 2, 15 ss). - Quer dizer: Se o pobre estiver despido, e não tiver que comer, e vós lhe não derdes o necessário para o corpo, que lhe aproveita? Logo, a fé sem obras é morta. - Parece que não havia de inferir assim o apóstolo, nem atribuir a morte à fé, senão ao pobre, porque o pobre sem comer morrerá à fome, e sem vestir morrerá de frio: logo, a fé que lhe não dá o necessário, mata ao pobre? - Não - diz o apóstolo - porque o pobre, se eu lhe não der a esmola, dar-lhe-á outrem; mas a fé, como não se pode sustentar das obras alheias, senão das próprias, ela é a que no tal caso se mata à fome a si mesma: *Mortua est in semetipsa*.

528. Quanto ao segundo modo de morrer a fé, ou se matar violentamente, e como à espada, disse-o S. Bernardo, chamando homicida da própria fé ao que mata com más obras: *Si munus mortuum offers Deo, sic Deum honoras et placas, tuae fidei interfecto*<sup>(15)</sup>? - Matador da fé, lhe chama, e verdadeiramente é mais cruel matador da fé que os tiranos mais cruéis. Os Neros e Dioclecianos não atormentavam os cristãos para lhes tirarem a vida, senão para lhes matar a fé; por sinal que, se negavam a fé, logo lhes davam a vida. E que sucedia então? Comparai-me cristão com cristão, e tirano com tirano. O bom cristão sofria as catastas, os ecúleos, as lâminas ardentes, as grelhas, as rodas de navalhas, e deixava matar a vida para conservar viva a fé. E o mau cristão hoje mata a fé por não perder um gosto, um apetite; um interesse vil da covarde e infame vida. O tirano gentio, por um dos deuses

falsos, procurava matar a tormentos a fé alheia; e o tirano cristão, mais cruel que todos os tiranos, sem fazer caso do Deus verdadeiro nem o temer, e por fartar a sua vontade, não duvida ser homicida e matador da fé própria: *Tuae fidei interfectior*.

## §VII

*A proposta de São Tiago aos cristãos e a proposta de Elias aos adoradores de Baal. O exemplo que alega São Tiago da fé com obras. Os maus cristãos, e os soldados romanos que ofendiam a Deus com punhadas e bofetadas. A fé embalsamada dos palácios e templos de Lisboa.*

529. Deste primeiro argumento, passa o apóstolo ao segundo, tanto mais forte quanto mais evidente, porque desce da especulação à prática, da razão à experiência, e do discurso aos olhos. E um desafio de fé a fé, uma armada de obras, e outra sem elas, confiada só em si mesma, e diz assim: *Tu fidem habes, et ego opera habeo: ostende mihi fidem tuam sine operibus, et ego ostendam tibi ex operibus fidem meam*. – Faz aqui S. Tiago o mesmo que fez Elias, que foram as duas melhores espadas da lei velha e da nova. Elias, para mostrar aos olhos a verdadeira divindade de Deus, e a falsa de Baal: - Fazei vós - diz - sacrifício ao deus que adorais, e eu o farei também a que adoro; e sobre qual descer fogo do céu, esse seja crido por verdadeiro Deus. Responderam todos: *Optima propositio* (3 Rs. 18,24): Boa proposta - e tal é a de S. Tiago, - Vós - diz o apóstolo - dizeis que tendes fé, eu digo que tenho obras: mostre agora cada um de nós a sua fé, vós sem obras a vossa, e eu com obras a minha, e seja tida por verdadeira fé a que mostrar que o é. A demonstração da fé, que é interior e invisível, parece dificultosa e impossível, e não é senão muito fácil. A fé é cega, mas, assim como o cego me não vê a mim, e eu o vejo a ele, assim a fé não vê, mas vê-se; não vê, porque não vê os seus objetos; mas vê-se, porque se vê nos seus efeitos. Os seus efeitos são as obras conformes a ela: pelas obras se vê manifestamente, e sem obras como se pode ver?

530. O exemplo que alega S. Tiago da fé com obras é Abraão, que por isso se chamou *Pater credentium* (Rom. 4, li): Pai dos que crêem. - E, não falando naquela façanha singular de sacrificar o próprio filho, nos deixou Abraão outra figura da fé com obras, menos árdua, mas igualmente significativa. Querendo casar a seu filho Isac, mandou ao mordomo de sua casa que lhe fosse buscar mulher, obrigando-o primeiro com juramento, que de nenhum modo fosse da terra de Canaã, mas de Mesopotâmia, sua antiga pátria, porque os cananeus eram totalmente idólatras, e os de Mesopotâmia tinham conhecimento do verdadeiro Deus. Este dote da fé - de que hoje ainda os príncipes católicos fazem menos conta - era o que Abraão principalmente buscava para seu filho. Partiu o mordomo, chegou à pátria de seu senhor, e, porque as jóias que levava para a esposa eram umas arrecadas e uns braceletes, sabendo por certos sinais de Deus que a esposa era Rebeca, encontrando-a fora de casa, lhe pendurou das orelhas as arrecadas, e lhe atou às mãos os braceletes. Assim o diz ele por formais palavras: *Suspendi in aures ad ornandam faciem ejus, et annillas posui in manibus ejus* <sup>(16)</sup>.

531. Com este novo enfeite chegou Rebeca a casa, mas de tal maneira mudada, que mostrou as arrecadas, não nas orelhas, senão nas mãos: é mudança que consta expressamente do mesmo texto: *Cum vidisset - Laban - in aures in manibus ejus* <sup>(17)</sup>. - Pois, se a Rebeca lhe penduraram as arrecadas nas orelhas, por que as passou às mãos, e as mostrou nelas? Porque era esposa escolhida pelo dote da fé, e figura da verdadeira. As orelhas e os ouvidos são o sentido da fé: *Fides ex auditu* <sup>(18)</sup>; as mãos são o sentido e o instrumento das obras; e, ainda que a fé se recebe pêlos ouvidos, não se mostra nem se vê senão nas mãos: *Cum vidisset in aures in manibus ejus*. - A fé que nos prega e ensina a Igreja Católica, ouve-se e recebe-se pêlos ouvidos, como Rebeca recebeu as arrecadas nas orelhas; mas o ver-se e o mostrar-se: *Ostende mihi fidem tuam, ostendam tibi fidem meam* - não se mostra nem se vê senão pelas mãos e pelas obras: *Ex operibus*.

532. Estava Cristo Senhor nosso, adorado de joelhos por rei, no pretório de Pilatos; as vozes que se ouviam das bocas dos que o adoravam, eram as de maior respeito e reverência: *Ave Rex Judaeorum* (Só. 19, 3). - O mesmo S. João ao pé da cruz não pudera dizer nem ler no título dela outra verdade mais de fé. Mas quando isto se ouviu nas vozes, que é o que se via nas mãos dos mesmos adoradores? Umas mãos lhe batiam as faces com bofetadas: *Dabant ei alapas* (ibid.) - outras mãos lhe pisavam o rosto com punhadas: *Colaphis eum ceciderunt* (Mt. 26, 27). – Quem crera tão horrendo e mais que sacrílego atrevimento, se o não disseram os evangelistas? Mas, que diferença havia entre uma e outra afronta, ambas tão iguais? A diferença era que as bofetadas afrontavam e ofendiam a Cristo com as mãos abertas; as punhadas, com as mãos fechadas. E nota S. Mateus que os autores desta afronta foram os soldados do presídio romano, porque não só se havia de achar semelhante

excesso de maldade na perfídia judaica, senão também na fé romana, que é a nossa. Com as mãos abertas ofende a Cristo o filho pródigo, com as mãos fechadas o rico avarento; com as mãos abertas o que desperdiça, com as mãos fechadas o que entesoura; com as mãos abertas o que dá o que não devera, com as mãos fechadas o que não paga o que deve; com as mãos abertas o que recebe a peita, com as mãos fechadas o que nega a esmola; com as mãos abertas o que rouba o alheio, e com as mãos fechadas o que não restitui o roubado. Olhe agora cada um para as suas mãos, e verá qual é a sua fé. Eu taparei os ouvidos ao que se diz, e só direi o que se vê com os olhos e se aponta com o dedo. Como estamos na corte, onde das casas dos pequenos não se faz caso, nem têm nome de casas, busquemos esta fé em alguma casa grande, e dos grandes. Deus me guie.

533.0 escudo desta portada, em um quartel tem as quinas, em outro as lises, em outro as águias, leões e castelos; sem dúvida este deve ser o palácio em que mora a fé cristã, católica e cristianíssima. Entremos, e vamos examinando o que virmos, parte por parte. Primeiro que tudo vejo cavalos, liteiras e coches; vejo criados de diversos calibres, uns com libré, outros sem ela; vejo galas, vejo jóias, vejo baixelas; as paredes vejo-as cobertas de ricos tapizes; das janelas vejo ao perto jardins, e ao longe quintas; enfim, vejo todo o palácio, e também o oratório, mas não vejo a fé. E por que não aparece a fé nesta casa? Eu o direi ao dono dela. Se os vossos cavalos comem à custa do lavrador, e os freios que mastigam, as ferraduras que pisam, e as rodas e o coche que arrastam são dos pobres oficiais, que andam arrastados, sem poder dobrar um real, como se há de ver a fé na vossa cavalheriça? Se o que vestem os lacaios e os pajens, e os socorros do outro exército doméstico masculino e feminino depende das mesadas do mercador que vos assiste, e no princípio do ano lhe pagais com esperança, e no fim com desesperações, a risco de quebrar, como se há de ver a fé na vossa família?

534. Se as galas, as jóias e as baixelas, ou no reino, ou fora dele foram adquiridas com tanta injustiça e crueldade, que o ouro e a prata derretidos, e as sedas, se se espremeram, haviam de verter sangue, como se há de ver a fé nessa falsa riqueza? Se as vossas paredes estão vestidas de preciosas tapeçarias, e os miseráveis, a quem despistes para as vestir a elas, estão nus e morrendo de frio; como se há de ver a fé, nem pintada nas vossas paredes? Se a primavera está rindo nos jardins e nas quintas, e as fontes estão nos olhos da triste viúva e órfãos, a quem nem por obrigação, nem por esmola satisfazeis ou agradeceis o que seus pais vos serviram, como se há de ver a fé nessas flores e alamedas? Se as pedias da mesma casa em que viveis, desde os telhados até os alicerces, estão chovendo o suor dos jornaleiros, a quem não fazíeis fêria, e, se queriam ir buscar a vida a outra parte, os prendíeis e obrigáveis por força, como se há de ver a fé, nem sombra dela na vossa casa?

535. Mas passemos do púlpito ao confessorário. Se o confessor, quando com toda esta carga vos ponde a seus pés, puxa pelo *quare* do nosso texto e vos pergunta a razão por que não restituíeis, devendo tanto, a resposta e a teologia que trazeis muito estudada, é que, sem embargo das dívidas, deveis sustentar a vossa casa com a decência que pode o vosso estado, e que as vendas não dão para tanto. Bem. E os pais, de quem herdastes esse mesmo estado, e eram tão honrados como vós, não sustentavam a honra e a decência dele com menos pompa, com menos criados, com menos librés, com menos galas, com menos regalos? Mais. E o que gastais por outra via, não com a decência, senão com as indecências da casa e da pessoa? *Quare!* Que respondeis a isto? A maior galanteria é que ao outro dia, depois da confissão e desta escusa, ouve o mesmo, confessor sem sigilo, que aquela noite perdestes dois mil cruzados, e que pela manhã os mandastes em dobrões a quem os ganhou, porque é contra a pontualidade da fidalguia não pagar logo o dinheiro do jogo. Assim jogais com os homens, e assim com Deus, e esta é a vossa fé.

536. Dir-me-á, porém, em contrário a nossa corte, que, se em algumas casas particulares está a fé tão morta e tão corrupta, que nas casas de Deus está mais viva e mais inteira que em nenhuma parte do mundo, Assim se vê o demonstra em todos os templos de Lisboa, a qual muito à boca cheia pode dizer ao mesmo mundo: *Ego estendam tibi ex operibus fidem meam*<sup>(19)</sup>. - Eu tenho visto a maior parte da cristandade da Europa, e em nenhuma, entrando também nesta conta a mesma Roma, está o culto divino exterior tão subido de ponto, e cada dia mais. Seria lástima grande ver aqui desfazer e arruinar nos mesmos templos as fábricas antigas, de tanta formosura e preço, se depois se não vissem as mesmas ruínas gloriosamente ressuscitadas com tanto maiores riquezas da matéria, e tanto maiores primores da arte. Em nenhuma parte do mundo é tanta a cobiça de adquirir, como em Lisboa a ambição de gastar por Deus. Que igreja há nesta multidão de tantas, em um dia de festa, que se não pareça com a que viu descer do céu S. João: *Taquam sponsam ornata viro suo*<sup>(20)</sup> - O ouro e os brocados, de que se vestem as paredes, são objeto vulgar da vista; a harmonia dos coros, suspensão e elevação dos ouvidos; o âmbar e almíscar, e as outras espécies aromáticas que vaporam nas caçoulas, até pelas ruas recendem muito ao longe, e convocam pelo olfato o concurso. É isto terra ou céu? Céu é, mas com muita mistura de terra, porque no meio desse culto celestial, exterior e sensível, o desfazem e contradizem também sensivelmente, não só as muitas ofensas que fora dos templos se cometem, mas as públicas irreverências com que dentro neles se perde o respeito à fé e ao mesmo Deus. Queres que te diga, Lisboa minha, sem lisonja, uma

verdade muito sincera, e que te descubra um engano, de que tua piedade muito se gloria? Esta tua fé tão liberal, tão rica, tão enfeitada e tão cheirosa, não é fé viva. Pois que é? E fé morta, mas embalsamada.

### §VIII

*O terceiro e último argumento de São Tiago: é necessário ajuntar o ver com o ouvir. O exemplo dos Magos e dos filhos de Israel no deserto. A fé dos demônios e a fé sem obras. Em que são piores os demônios que os muitos cristãos? Se os demônios neste e no outro mundo tão observantes são das leis de Deus, porque crêem nele e tremem dele, nós, que o cremos com melhor fé, por que não tememos nem trememos de o ofender? Quão erradas são as contas dos que somam os futuros pelos presentes.*

538\*) Passemos ao terceiro e último argumento de S. Tiago, que será também o último do nosso discurso. *Tu credis quoniam unus est Deus; benefacis: et daemones credunt, et contremiscunt* (Tg. 2, 19): Vós credes em um só Deus. Fazeis bem: isso mesmo é o que nós cremos, e o que ensina e canta a Igreja depois do Evangelho: *Credo in unum Deum*. - Mas não basta esse primeiro bem, que é bem crer, se não for acompanhado do segundo, que é bem obrar. Aquela estrela que apareceu aos Magos no Oriente, era muito resplandecente, muito formosa e muito certa e segura no caminho que lhes mostrava, como é a fé; mas, se eles se deixaram ficar nas suas terras, e a não seguiram até Belém, para onde os guiava, que importaria a sua vista, e entenderem o que significava? Tão magos e tão gentios ficariam como antes eram. É necessário ajuntar o ver com o vir: *Vidimus, et venimus*<sup>(19)</sup>. - Melhor exemplo ainda. Quando os filhos de Israel, depois de saírem do cativeiro do Egito, e passarem o Mar Vermelho, caminhavam para a Terra de Promissão, levavam por farol daquela viagem uma coluna, a qual de noite era de fogo, que os alumia, e de dia de nuvem, que lhes fazia sombra.

539. A esta coluna seguia todo o exército - que era de mais de seiscentas mil famílias, - de tal sorte que, quando a coluna fazia alto, e parava, todos paravam, e fixavam as suas tendas no mesmo lugar; e quando a coluna abalava e se movia, também o exército se punha em marcha, e ao mesmo passo e compasso iam caminhando, ou fossem montes, ou vales, sem mudar, ou variar a derrota. E que figurava, ou significava tudo isto? S. Paulo: *Omnia in figura contingebant illis*<sup>(22)</sup>. - Tudo era figura naquele tempo do que havia de ser neste nosso. O cativeiro do Egito significava o pecado; a passagem do Mar Vermelho, a água do Batismo, que, por virtude do sangue de Cristo, nos havia de pôr em graça; a Terra de Promissão, a pátria e bem-aventurança do céu, para onde todos caminhamos; e a coluna de fogo e nuvem, a fé que vai diante, e nos guia. Como coluna, porque ela é a coluna e firmeza da verdade; como de fogo, porque ela nos alumia; e como de nuvens, porque é luz juntamente clara e escura, enquanto nos manda crer muitas coisas que não vemos.

540. Agora pergunto: E se quando a coluna se movia e caminhava, parte do exército se deixasse ficar nos arraiais, chegariam estes à Terra de Promissão? Claro está, que de nenhum modo. Mais, e pior ainda. E se em lugar de seguir a coluna, lhe voltassem as costas, e tornassem para o Egito, conseguiriam o mesmo fim? Muito menos. Pois, estes são os que não acompanham a fé com boas obras, e, muito mais e pior, os que a contrariam com obras más. Em lugar de a fé os levar à Terra de Promissão, e ao céu, eles, com a mesma fé, se acharão no inferno, Enquanto negarem a fé só com as obras, e não com as palavras, não bastará esta culpa para que a Santa Inquisição da terra os condene e mande queimar na Ribeira; mas será não só bastante, senão certo e infalível, que por sentença do supremo Tribunal da Divina Justiça irão arder eternamente no fogo do inferno.

541. Isto é o que admirável e tremendamente infere S. Tiago: *Tu credis quoniam unus est Deus: et daemones credunt* (Tg. 2, 19): Contentai-vos somente com crer em Deus? Também os demônios crêem no mesmo Deus, e nem por isso deixam de ser demônios. - Oh! se Deus nos abrisse os olhos, como havíamos de ver todo este mundo, as ruas, as casas, e as mesmas igrejas cheias de demônios, os quais não vemos, assim como não vemos os anjos da guarda que nos assistem! E em que diferem os demônios de muitos homens? Só diferem em que os demônios são invisíveis, e os maus homens são demônios que vemos. Primeiramente, quanto à fé, o demônio não é gentio, nem turco, nem herege, nem ateu. Crê no mesmo Deus verdadeiro em que nós cremos; *Et daemones credunt*. - E se a melhor fé, e só verdadeira, é a dos cristãos, o demônio também é cristão. Assim consta de muitos lugares do Evangelho, em que os demônios confessaram a Cristo por Filho de Deus. Em que são logo piores os demônios que os homens, em que são piores que muitos cristãos? Porventura nas obras? Ainda mal, porque são tão semelhantes. O demônio com a sua fé é soberbo; e tu, cristão, com a tua, não só és soberbo, mas a mesma soberba. O demônio sente mais os bens alheios que as suas próprias penas; e tu a inveja mais te atormenta e abrasa com as felicidades que vês em quem devias amar, que todos os males que padeces em

ti mesmo. O demônio procura derrubar, e fazer cair a quantos quer mal; e tu, com o poder do teu ofício, ou com a malignidade da tua informação e do teu conselho, a quantos tens derrubado e destruído?

542. O demônio favorece os maus e persegue os bons; e tu a quem persegues e a quem favoreces, se os piores e os mais viciosos, por que servem e ajudam os teus vícios, são os teus validos? O demônio é pai da mentira; e a tua adulação, o teu ódio, e a tua ambição, quando falou verdade? Os teus enganos, as tuas artes, as tuas máquinas, os teus enredos, que demônio houve jamais que tão sutilmente os inventasse? Quantos pecados cometes tu em que o demônio nunca pecou, nem pode? Ele não peca nos excessos da gula, porque não come; nem no luxo e monstruosidade das galas, porque não veste; nem nas intemperanças e torpezas da sensualidade, porque é espírito: e tu, escravo desse corpo vil, a quantas baixezas destas abates a tua alma, que Deus te deu igual aos anjos?

543. Mais. E não sou eu o que o digo, senão o mesmo S. Tiago na última cláusula que nos resta por ponderar: *Daemones credunt, et contremiscunt*: Os demônios crêem em Deus, e tremem dele - e tu, cristão, com a tua fé crês em Deus, mas não tremes nem temes. Grande lástima e miséria é que até o demônio te possa servir de exemplo, não só neste mundo, senão no mesmo inferno. Neste mundo, sendo maior o poder do demônio que o de todos os homens, nenhum demônio faz todo o mal que pode. A Jó tirou a fazenda, matou os filhos, martirizou a pessoa com tão esquisitos tormentos; mas nenhuma coisa fez sem licença de Deus. E quantas fazem e cometem os cristãos, não só sem licença, mas vedadas pelo mesmo Deus, estendendo os poderes que não têm, e executando o que não podem? Vamos ao inferno. Ali atormentam os demônios os condenados, mas a todos conforme o merecimento de cada um, sem perdoar nem estender o castigo, não digo em uma faísca de fogo, mas nem em um só átomo: e a justiça humana, com fé de cristã, a quantos culpados absolve, e a quantos inocentes condena? Pois, se os demônios, neste e no outro mundo, tão observantes são das leis de Deus, porque crêem nele e tremem dele, nós, que o cremos com melhor fé, por que não tememos nem trememos de o ofender? Apertemos bem este ponto. Crês, cristão, que hás de morrer? Creio. Crês que no dia do Juízo, e antes daquele dia, te há Deus de julgar na hora da morte? Creio. Crês que, se fizeres boas obras, hás de ir ao céu, e gozar de Deus por toda a eternidade, e se as fizeres más, por toda a mesma eternidade, e sem fim hás de arder no inferno? Creio. Pois, se crês todas estas verdades, e os demônios crêem e tremem: *credunt et contremiscunt* - tu, por que não temes e tremes de ofender a Deus? Dá cá a razão: *Quare, quare?*

544. A razão verdadeira nenhum entendimento a pode dar, porque a não há. A falsa e aparente, por mais que nós nos queiramos enganar, todos a vemos e experimentamos. O que crê a fé, é o futuro; o que leva após si a vida, é o presente: e pode mais conosco o pouco e breve presente, que o muito e eterno futuro, porque o presente consideramo-lo ao perto, e o futuro ao longe. As estrelas do firmamento todas são muito maiores que a lua, e, contudo, a lua parece-nos maior, e faz em nós contínuos e maiores efeitos, porque as estrelas estão longe, e a lua perto. Assim nos acontece com as coisas do outro e deste mundo, As do outro mundo, que são as que cremos por fé, representamo-las ao longe; as deste, porque as pode conseguir a vida, parece-nos que estão perto, e, no erro destas medidas, se enleia e nos perde o nosso engano. Mas, dado que a falsa apreensão deste longe e deste perto fora verdadeira, ainda a nossa conta seria muito errada, porque o certo, posto que ao longe, sempre está mais perto que o duvidoso. O duvidoso as mais vezes falta; o certo, ainda que tarda, sempre chega; e, assim como todas as coisas da fé são certas, assim todas as da vida são duvidosas.

545. Para mim não quero mais que esta razão. Os que se não satisfizerem dela, ouçam outra mais clara e mais sensível. As coisas da outra vida estão tão longe de nós quão longe está a morte; as coisas desta vida estão tão perto de nós, quão perto nós estamos de as alcançar: nós corremos após elas, a morte corre após de nós, e quantas vezes nos alcança primeiro a morte do que nós as alcançamos? Chegado a este ponto, e reconhecendo com os olhos os lugares desta real capela, naquele - que depois dos altares é o mais sagrado - com horror do que hei de pronunciar, não vejo depois de tão breve ausência o que ali costumava ver. Viam-se ali dois sóis, um levantado ao zênite, outro pouco distante do oriente; um coroado de raios, outro a quem tinha destinado a natureza, e prometia a esperança a mesma coroa. E quem havia de imaginar que este chegasse primeiro ao fim, e se escondesse no ocaso?

546. Cuidávamos que o nosso grande Davi, tão ousado, tão valente, e tão venturoso contra o gigante, depois de pendurar a vitoriosa espada no templo da paz, e ferrolhar as portas de Jano, entregasse o cetro laureado ao que já naquela idade era Salomão. Mas que é dele? Ele subiu aonde o levava a vida, que sempre concordou com a fé; e nós ficamos chorando em perpétua saudade o engano de medirmos os seus anos com os nossos desejos, e os espaços da sua vida com os da nossa esperança. Se retratássemos em um quadro a figura deste

enigma, veríamos que em diferentes perspectivas os escuros faziam os longes, e os claros os pertos. Mas, se chegássemos a tocar com a mão a mesma pintura, acharíamos que toda aquela diversidade que fingem as cores, não é mais que uma ilusão da vista, e um sonho dos olhos abertos, e que tanto o remontado dos longes, como o vizinho dos pertos, tudo tem a mestria distância. Aquele néscio do Evangelho: *Stulte* - por isso era néscio, porque, quando a sua falsa esperança lhe prometia tantos anos, quantos eram os bens com que o tinha enganado a fortuna: *Multa bona in annos plurimos*<sup>(23)</sup> - nem os bens haviam de ser seus, senão alheios; nem os anos haviam de ser anos, ou dias, ou um só dia, senão os brevíssimos instantes da mesma noite, em que isto imaginava: *Hac nocte animam tuam repetunt a te*<sup>(24)</sup>. - Assim empreste as vidas o Senhor delas até o preciso e oculto termo da sua providência, para que acabemos de nos enganar quão erradas são as contas dos que somam os futuros pêlos presentes, e que só são sisudos e sábios os que não medem a vida com a esperança, mas tratam só de a concordar com a fé, em que consiste à eterna.

<sup>(3)</sup> Não dizemos nós bem que tu és um samaritano, e que tens demônio (Jo. 8,48)?

<sup>(4)</sup> Ofereceram sacrifícios aos deuses que eles desconheciam: vieram deuses novos e recentes, que seus pais não tinham adorado (Dt. 32,17).

<sup>(5)</sup> E disse: Estes sempre erram de coração (SI. 94, 10)

<sup>(6)</sup> Quarenta anos estive desgostado com esta geração, e disse: Estes sempre erram de coração (ibid.).

<sup>(7)</sup> Tocou-lhe o nervo da sua coxa, e logo esle se secou: ele porém coxeava do pé (Gên. 32,25.31).

<sup>(8)</sup> Estas coisas diz o Senhor Deus de Israel: Deixa ir o meu povo, para que me faça sacrifícios no deserto (Êx. 5, 1).

<sup>(11)</sup> Porque dei crédito aos teus mandamentos (SI. 118,66).

<sup>(12)</sup> Por boca de duas ou três testemunhas fique tudo confi miado (Mt. 18,16).

<sup>(13)</sup> A fé, se não tiver obras, é morta em si mesma. Poderá logo algum dizer: Tu tens a fé, e eu lenho as obras; mostra-me tu a tua fé sem obras, e eu te mostrarei a minha fé pelas minhas obras. Tu crês que há um só Deus. Fazes bem, mas também os demônios o crêem, e estremeecem (Tg. 2,18 s).

<sup>(14)</sup> *Aug. l. de cognit. verae vitae, c. 7.*

<sup>(15)</sup> *Bem. Ser. 24, in Cant*

<sup>(16)</sup> Eu lhe pendurei nas orelhas umas arrecadas para adorno de seu rosto, e lhe pus nas mãos uns braceletes (Gên. 24,47).

<sup>(17)</sup> Tendo visto - Labão - as arrecadas nas suas mãos (Gên. 24,30).

<sup>(18)</sup> A fé é pelo ouvido (Rom, 10,17).

<sup>(19)</sup> Eu te mostrarei a minha fé pelas minhas obras (Tg. 2,18).

<sup>(20)</sup> Como uma esposa ataviada para o seu esposo (Apc. 21,2).

<sup>(\*)</sup> Falta no original o número 537.

<sup>(21)</sup> Nós vimos, e viemos (Mt. 2,2).

<sup>(22)</sup> Todas as coisas lhes aconteciam a eles em figura (I Cor. 10,11).

<sup>(23)</sup> Muitos bens para largos anos (Lc. 12,19).

<sup>(24)</sup> Esta noite te virão demandar a tua alma (ibid. 30).

## Anexo 2: Recorte 2

A fé se manifesta em atos concretos , Carta de São Tiago 2, 14-26

A fé se manifesta em atos concretos

Meus irmãos, se alguém diz que tem fé, mas não tem obras, que adianta isso? Por acaso a fé poderá salvá-lo? Por exemplo: um irmão ou irmã não tem o que vestir e lhes falta o pão de cada dia. Então alguém de vocês diz para eles: “**Vão em paz**, se aqueçam e comam bastante”; no entanto, não lhes dá o necessário para o corpo. Que adianta isso? Assim também é a fé: sem as obras, ela está completamente morta.

Alguém poderia dizer ainda: “Você tem a fé, e eu tenho as obras”. Pois bem! Mostre-me a sua fé sem as obras, e eu, com as minhas obras, lhe mostrarei a minha fé. Você acredita que existe um só Deus? Muito bem! Só que os demônios também acreditam, e tremem! Insensato, quer ver como a fé sem as obras não tem valor? Quando nosso pai Abraão ofereceu o filho Isaac sobre o altar, não foi pelas obras que ele se tornou justo? Vocês podem perceber que a fé cooperou com as obras dele, e que pelas as obras essa fé se tornou perfeita. E assim se cumpriu a Escritura que diz: “Abraão acreditou em Deus, e isso lhe foi acreditado como justiça”. E Abraão foi chamado amigo de Deus.

Como vocês estão vendo, o homem é justificado pelas obras, e não somente pela fé. Do mesmo modo, a prostituta Raab: ao dar hospitalidade aos mensageiros e ao fazê-los voltar por outro caminho, não foi ela justificada pelas suas obras?

De fato, do mesmo modo que o corpo sem o espírito é cadáver, assim também a fé: sem as obras ela é cadáver.

Anexo 3: Entrevista a respeito da Carta de São Tiago que fala sobre “A fé se manifesta em atos concretos”.

**a) Por que a fé sem obras é morta?**

**Pe. 1:** “Mostra-me tua fé que eu te mostro minhas obras” Tiago 2,18. A fé se manifesta nisso: se meu irmão ou irmã não tem o que vestir e lhe falta o pão de cada dia e alguém de vocês lhe disser: “vão em paz, se aqueçam e comam bastante” e, no entanto, não lhe dão o necessário para o corpo, de que lhe adiantará isso? Assim também é a fé: sem as obras, ela está completamente morta” (Tiago 2,15-17). O único e verdadeiro culto é aquele que expressa uma prática de justiça e amor e celebra simbolicamente a plenitude dessa prática. Portanto, se não vem acompanhada de obras, a fé não tem fundamento e menos ainda convencimento.

**Pe. 2:** É, a fé sem obras é morta, porque Deus não quer sacrifício, mas Deus quer a misericórdia. E a misericórdia de Deus se manifesta através das obras de caridade com as quais nós nos identificamos como católicos. Então, não basta apenas rezar, não basta apenas louvar, não basta apenas cantar e rezar, nós temos que praticar as mesmas obras que Jesus praticou para com os pobres, os excluídos, os doentes, os marginalizados do seu tempo e, hoje, nós realizarmos as mesmas obras com as pessoas necessitadas do nosso tempo.

**Pe. 3:** Bom, primeiramente a fé é a força de Deus que age dentro de nós. A fé é essa força que precisa ser renovada, diariamente, seja através da oração, das leituras bíblicas, da celebração sacramental. E essa fé está numa pessoa que, diariamente, enfrenta desafios. Como? Bom, é, trabalho, a vivência, a convivência... E essa fé estando dentro da pessoa, ela precisa ser, necessariamente, traduzida em boas obras. Por quê? Porque as boas obras mostrarão a qualidade da minha fé ou a qualidade da minha relação com Deus, a qualidade da minha relação com o próximo, a qualidade da minha relação com a natureza, a qualidade da minha relação com a própria vida. Então, necessariamente, a fé exige obras. É impossível... mas é impossível ter fé e não ter obras. Claro que alguém até diria: “eu tenho fé”. Mas, não me recordo, agora, quem é que escreveu esse pensamento, dizendo assim: “Mostra-me as tuas obras que eu te mostrarei o tipo de fé que tens”. Então, uma exige a outra. E de modo especial a fé, ela vai exigir de fato a prática de muitas e boas obras.

**Pe. 4:** Nós vamos partir de um pressuposto de que, a pessoa, ela é totalidade em todas as suas dimensões. A dimensão social, que é a dimensão das obras, e a dimensão da fé são duas das dimensões da pessoa humana. E elas têm que caminhar juntas, porque não há como exercitar uma dimensão e deixar a outra. Então, a fé e as obras caminham juntas, porque uma depende da outra, não é? A pessoa precisa demonstrar quer ela creê através da sua prática diária. E ela também, então, porque pratica, acreditada. Então, as coisas, de fato, caminham juntas, tanto a fé, as obras, não dá para fazer uma distinção, querer viver somente da fé ou só das obras. Há um outro, como é que eu vou te dizer, uma experiência de vida de comunidade que fala de oração e trabalho, sempre. A pessoa, o monge, os beneditinos, por exemplo, o grande lema deles é “*ora et labora*”. Então, reza e trabalha. Então, a fé sem obras, de fato, é uma fé morta. É uma fé vazia.

**Pe. 5:** Bom, essa é uma famosa frase de São Tiago. São Tiago, ele foi apóstolo de Jesus. E ele, era, assim, uma pessoa muito simples, mas ele era muito observador das coisas. Então, ele nos ensina como nós devemos viver. Então, ele aplica aquilo que Jesus anunciou e ele cita mesmo, nesta passagem bíblica, Capítulo 2, versículos 1 a 26, da própria Carta de São Tiago, quando ele fala tudo sobre que a fé sem as obras é morta. Já aquilo que se observava, naquele tempo, que se dava mais atenção àquelas pessoas que tinham posses e não se abriam tanto os olhos, as mãos e o bolso àquelas pessoas que não tinham condições. E ele colocar que Deus não faz distinção de pessoas. Que para Deus somos todos iguais. E mais: que Deus ainda tem uma atração toda especial com aqueles que menos têm. Como dizia São Vicente de Paulo: “Deus ama os pobres e também aqueles que os amam”. Então, Deus também ama aqueles que ajudam os próprios pobres. E, a fé, para ser verdadeira, ela tem que levar essa prática das boas obras. Ela tem de ter esses gestos concretos, de amor. Concreto, que seja, de ajudar àquelas pessoas que menos têm. Então, São Tiago, com essa frase “A fé sem obras é morta”, ele está, justamente, falando daquela realidade bem antiga, daquele tempo, quando não se estava olhando muito com carinho aqueles

que menos tinham e, às vezes, olhando com mais atenção aquele que tem mais. E ele vem dizer que a fé cristã, justamente, tem sentido quando ela se materializa em obras, isto é, quando ela leva as pessoas a praticarem boas obras.

#### **b) Que obras, hoje, as pessoas realizam e são consideradas demonstrações de fé?**

**Pe. 1:** Qual é o culto que agrada a Deus, ou seja, que obras são consideradas demonstração de fé? Nós celebramos o culto para louvar a Deus e nos libertar do mal. Nesse encontro buscamos forças e orientação para seguirmos o Projeto de Jesus e construirmos o Reino de Deus, quanto possível já aqui na terra e em definitivo no além, o céu. Qual é esse Projeto? Derrubar todo tipo de barreira que atrapalha a vida em comunidade. Quebrar todo tipo de pecado: pessoal, comunitário ou social, para que “nenhuma imagem e semelhança a Deus” seja machucada, destruída ou morta. Mas, e como conseguir isso? Ora, conseguimos esta vitória, quando ligamos fé e vida, religião e luta. Deus não gosta de quem pensa em “salvar somente a própria pele”. Só organizados como povo venceremos! Somente assim, se concretizará o sonho de Jesus. “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância”. (Jo. 10, 10)

**Pe. 2:** Olha, dentre as obras, a principal é a caridade para com os mais pobres. É, toda a Bíblia, ela se manifesta através da caridade. Deus vem ao encontro da humanidade por meio da sua caridade para conduzir as pessoas à felicidade. Então, quando nós, é, usamos de caridade para com as pessoas, nós estamos realizando, hoje, as obras que demonstram a nossa fé. Quanto mais eu ajudo, quanto mais quero o bem, quanto mais eu me esforço para ajudar as pessoas a encontrar o caminho do bem, o mais justo, o mais fraterno, o mais humano, mais irmão, mais solidário e cheio de paz, tanto mais estamos demonstrando a fé que temos no nosso Deus, porque o nosso Deus quer a prática da nossa fé. Deus quer o nosso testemunho, não por palavra, sobretudo pela nossa vida.

**Pe. 3:** Bom, é, na verdade, nós poderíamos exemplificar aqui obras que estão relacionadas com Deus, que estão relacionadas com a pessoa humana, que estão relacionadas com a própria natureza e que estão relacionadas com a própria pessoa em si. Com Deus, a primeira obra é, justamente, essa compreensão, aceitação e a valorização da existência dEle. Com o próximo, aqui poderíamos enumerar todas as obras que passam pela prática as solidariedade, pela prática do amor, pela prática do respeito, pela prática da promoção humana. Tudo que envolve a promoção humana são obras que são próprias, digo, de quem, realmente tem fé. E, nesse ano, por exemplo, tem fé quem também é capaz de compreender, de valorizar as pessoas com deficiências. Então, como também são obras o próprio respeito a pessoa sem vida. Depois, é uma outra obra a prática da justiça, a prática da honestidade, a prática da misericórdia, a prática da promoção da paz, a prática do desenvolvimento e progresso dos povos. Isso, em relação ao próximo. Em relação a natureza, é uma obra de fé o meu respeito a natureza e, aqui, a água, o ar e as plantas. Em relação a própria pessoa, é, primeiramente, no que se refere ao amor a própria pessoa. É um ato de caridade amar-me. Não no sentido da exclusão de outro, mas no sentido de que este amor que eu sinto deve levar ao amor do próximo. E aí, digo, esse amor a minha vida, necessariamente, vai exigir que eu também me valorize, que eu também me queira bem, também cuide da minha saúde. Cuidar da saúde também é um ato, uma obra, porque se eu sou templo, como diz São Paulo, de espírito Santo, logicamente, tem que se cuidar do que se tem e que se chama vida e que está em minhas próprias mãos.

**Pe. 4:** Olha, na Igreja, nós temos uma organização muito grande em termos de pastoral e evangelização, e de movimentos e associações. E de todo esse circuito que nós temos de pastoral, nós temos as chamadas pastorais sócias: pastoral da criança, pastoral da saúde, pastoral operária, pastoral da pesca, pastoral política, enfim, são essas as chamadas pastorais sociais. Então, nós sempre costumamos dizer que o exercício dessas pastorais, desse modo de evangelizar, é uma dimensão profunda da fé. Embora, todos os outros, mesmo não pertencendo ao setor de pastoral social, e também qualquer fiel, que tenha fé, que frequente (a Igreja), que acredite na Igreja, é sempre convidado a também ter uma prática caritativa e praticar a caridade. E também o exercício da caridade é sempre o exercício da fé, o exercício das boas obras.

**Pe. 5:** E essas boas obras, o que são? São aquelas obras de misericórdia: dar pão a quem tem fome, visitar os doentes, os presos, dar acolhida a quem está peregrino, vestir os nus, quer dizer, este é que vai demonstrar que tem a fé verdadeira: este que estende a mão aos que estão marginalizados e excluídos. Não que nós não devemos amar e querer bem a todos. Jesus disse: “Amai até os inimigos!” Devemos amar e querer bem a todos. Mas que esse amor seja, realmente, concreto, que ele se materialize, justamente, naquelas pessoas que menos têm, porque somente a fé vai se tornar verdadeira, porque ela vai levar, justamente, a pessoa a ajudar a ter uma vida mais digna, mais humana, àquelas pessoas que são marginalizadas, excluídas pela sociedade, pelo sistema da própria sociedade.

#### **c) As obras a que se refere São Tiago devem satisfazer o corpo ou a alma?**

**Pe. 1:** Não podemos separar a “dimensão vertical” da dimensão horizontal” da vida humana cristã, ou seja: do mesmo modo que o corpo sem o espírito é cadáver, assim também a fé sem as obras é morta, Tiago 2,26. Isto posto, não podemos separar o corpo da alma. Não será minha alma, mas sim a minha pessoa que se salvará! E, ainda, em comunidade, então, querem que a oração de vocês fique sem resposta ou seja atendida? “Tenham todos a mesma atitude: sejam compassivos, cheios de amor fraterno, misericordiosos e de espírito humilde. Não paguem o mal com o mal, nem o insulto com outro insulto; pelo contrário, abençoem, porque para isso vocês foram chamados, isto é, para serem herdeiros da bênção. De fato, aquele que ama a vida e deseja ver dias felizes, guarde sua língua do mal e seus lábios de proferir mentiras, afaste-se do mal e pratique o bem, busque a paz e procure segui-la, “amando o Senhor teu Deus de todo o coração, com toda a sua alma e todo o seu entendimento – esse é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a esse: amar seu próximo como a si mesmo, MT 22, 37-39. Desses dois mandamentos dependem todas as leis e os profetas.

**Pe. 2:** As obras que São Tiago fala, é, nem tanto o corpo e nem tanto a alma, mas a junção do corpo e da alma que identifica a pessoa como um todo. Nós não podemos dividir a pessoa entre corpo e alma. A pessoa é corpo e também ela é alma. Então, na prática das nossas obras, nós temos que levar em conta a pessoa como um todo para que através das nossas obras as pessoas possam se realizar plenamente e completamente dentro do projeto salvífico de Deus.

**Pe. 3:** Bom, na verdade, não existe alma voando. A alma está num corpo que se chama pessoa humana. Lógico, que, no momento em que você está vivo, em que estamos vivos, as obras que eu fizer devem contribuir para este corpo que recebe, que recebeu, a partir do nascimento, da própria concepção, recebeu também alma. Então, toda a obra vai dignificar o corpo de uma pessoa, que, por sua vez, é imagem e semelhança de Deus. Lógico, que eu posso pensar em obras que vão ajudar a salvar uma alma, mas aqui seriam obras que, por exemplo, seriam um ato de oração, até de valorização da pessoa que deixou de viver. Enquanto temos vida, as ações devem, como eu disse, voltar-se a Deus, a pessoa que tem vida, devem voltar, digo, a própria natureza. Falando em morte, sabe-se que é uma obra de misericórdia, por exemplo, o cuidado, o respeito e até a participação do enterre das pessoas. Então, a Igreja coloca como uma obra de misericórdia, ou respeito aos mortos, o participar de um ato fúnebre, e conseqüentemente, tudo isso, digo, se eu estou possibilitando ao corpo uma vida digna, eu estou também elevando aquela alma que está naquele corpo. Se eu estou diminuindo a vida daquela pessoa, estou também, por conseqüência, violando a vida, porque a alma significa “ânimo”, significa vida. É impossível, nós entendermos a alma sem entendermos o corpo. E o corpo é querido por Deus, como ele mesmo disse, somos imagem e semelhança D’Ele.

**Pe. 4:** Os dois (risos)... Por que não há separação, não é? Quem conhece um pouco de filosofia sabe que não há uma separação entre corpo e alma. Um não vive sem o outro. Então, a fé, o que fala São Tiago, de fato, é para satisfação, tanto de um, quanto do outro, é para satisfação da pessoa como pessoa humana. E, sobretudo, na dimensão da fé, como filho, como filha de Deus, criado a imagem e semelhança.

**Pe. 5:** Deve satisfazer a pessoa no seu todo. Jesus, quando veio ao mundo, ele não viu a pessoa assim, o corpo separado do espírito. E, mesmo hoje, nós não podemos conceber a pessoa assim, ela tem essas duas realidades, o dualismo. A pessoa é seu todo. A pessoa envolve espírito e envolve matéria também. A fé tem que levar a pessoa a acolher, a dar atenção a pessoa no seu todo. Se a pessoa está necessitando de um bem material, de alguma coisa para poder ter uma vida mais digna, então, tem que socorrer. Mas tem tantas pessoas que têm muitos bens até materiais, mas tem uma vida, totalmente, frustrada, uma vida sem sentido. Como dizia “aquele”: “Aquele pessoa era tão pobre, tão pobre, que só tinha dinheiro”. Vê: não é porque tem muito, às vezes, uma pessoa, que ela tem uma vida digna, uma vida prazerosa, uma vida equilibrada. Não. Às vezes, são pessoas atormentadas, atribuladas, desequilibradas, mal amadas, sem auto-estima. Então, a fé deve levar a ajudar a essas pessoas a encontrar a verdadeira vida. E então, ela leva a prática de ver a pessoa no seu todo, de atender a pessoa no seu todo, isto é, sempre procurando o bem da pessoa, tanto em vista do corpo, da matéria, quanto em vista do espiritual, do psicológico. Isso é, ver a pessoa na sua integridade. Então, a isso que são Tiago se refere e também que nós podemos, assim, interpretar, isto é, de ver e ajudar a pessoa naquilo que ela necessita.

#### **d) Fazer uso da fé exclui a razão, e vice-versa?**

**Pe. 1:** Fé e razão, coração e mente, sentimento e raciocínio vão juntos, porque fazem parte do mesmo ser. Nosso desafio maior é: criar comunhão com Deus e Jesus Cristo – senhor encarnado – princípio e fonte de todo o vigor através do Espírito Santo enviado como promessa de vitória de vida plena e de um mundo novo, na solidariedade com todos os homens e mulheres; num chamado a ultrapassar seu egoísmo e todos os limites pela participação do Reino de Deus quer a todos e a tudo. Este Reino, que já está entre em nós, é acima de tudo, uma promessa, uma esperança, uma conquista e uma tarefa. Assumamos nosso lugar na construção do templo vivo de Deus, qual pedra angular, com força e coragem, transformando nossa sociedade, rumo à felicidade sem fim, o Reino definitivo, o céu!

**Pe. 2:** Olha, a fé, para se ter fé, precisa-se de ter conhecimento também. Só que nós não chegamos a fé por meio da razão. A fé é um mistério de Deus. É um dado que eu aceito sem muitas vezes ter uma explicação lógica daquilo que eu aceito como dado de fé. A partir do momento que eu explico a minha fé, a fé deixa de ser um mistério e deixa de ser fé, porque eu racionalizei. Então, é bom ter o conhecimento para podermos chegar a Deus. Mas o conhecimento não é o único caminho para se chegar a Deus, porque a fé é um dado pessoal, aceito com os olhos do coração, não somente com os olhos da razão.

**Pe. 3:** Não, não, porque a fé e a razão, elas não se opõem, elas se complementam. E, como disse, a fé é essa força de Deus que age dentro de nós. A razão vai, muitas vezes, ajudar a aprofundar, e poderíamos aqui trabalhar a razão como a ciência, poderíamos aqui trabalhar a razão como sabedoria, ela vai ajudar a compreender a própria fé e até a própria razão. É, sabemos que, em alguns aspectos, às vezes, se diz assim: “Não, aqui, realmente, é mistério de fé”. Aqui, a razão não consegue compreender, não consegue explicar. Então, o Papa João Paulo II, ele dizia: A razão e a fé são como que duas asas que possibilitam ao ser humano a voar alto. Ser uma pessoa só com uma asa é como ser um pássaro só com uma asa, ele até tenta ensaiar vôos, mas não consegue voar alto. Então, o ser humano precisa, necessariamente, e, aqui, poderíamos dizer assim, o cientista precisa da fé. A fé precisa do cientista também. Por isso, que, a Igreja, ela valoriza muito as ciências, porque ela se serve delas. A compreensão, também a própria fundamentação, e o próprio clareamento da própria fé. A Igreja só serve da ciência para comprovação, realmente, se aquele milagre de fato aconteceu. Então, não existe oposição entre fé e ciência. Existe sim, como disse, um ajudando o outro a compreender melhor, a entender e até a explicar melhor.

**Pe. 4:** Não. Não, porque são dimensões diferentes. A razão é uma dimensão da pessoa. A fé é outra dimensão que a pessoa tem. A Igreja tem o ensino social, que é chamado de “O Ensino Social da Igreja”. O papa lançou muitas encíclicas, falando de fé e razão, que devem caminhar juntas e que o bom uso da razão é uma demonstração profunda de fé da pessoa humana. Então, o bom uso da razão vai levar a quê? À pessoa a ter boas obras, a criar boas ideologias, ter boas idéias, fazer bom uso da ciência. A pessoa pode até dizer que não crê, mas ela pratica, então, ela é chamada de um cristão anônimo. A pessoa que pratica boas obras, que trabalha muito, que ajuda aos pobres... mas “ah não, eu não creio”, essa pessoa é chamada de cristão anônimo.

**Pe. 5:** Não, muito pelo contrário. A fé e a razão, elas andam junto, porque as duas pertencem ao ser humano. E, depois, nós não podemos viver sem fé. A fé está implícita na própria pessoa, porque se a gente fosse viver só de razão, então, a gente teria que para tudo usar a ciência positiva, isto é, tudo a gente deveria, então, pesquisar e determinar... Então, até quando eu vou à mesa, comer alguma coisa, eu sempre faço um ato de fé de aquela comida ali não estar envenenada. Então, está, implicitamente, na nossa vida, a nossa fé. E a razão também nos acompanha. Então, não há dicotomia entre razão e fé. As duas se complementam. A gente pode até dizer que a fé vai além da razão. A razão, ela nos ajuda muito a entender as coisas deste mundo. As ciências positivas (química, biologia) ajudam muito a gente a entender esse lado da vida, mas a gente sabe que a vida não acaba no biologismo. Ela vai além do próprio biologismo. Ela vai além da própria circunstância de onde a gente vive. Então, a fé, ela vai além da própria razão, até aonde a gente pode chegar. Como dizia Santo Agostinho: “O coração tem razões que a própria razão desconhece!”. E, mesmo nós, se a gente olhar em nós mesmos, nem nós sabemos bem quem nós somos. Porque, a razão, ela não chega a alcançar, totalmente, aquilo que somos e temos. Então, não existe uma dicotomia entre fé e razão. Então, as duas podem, mutuamente, ajudar a pessoa a viver melhor. Então, a pessoa não pode dispensar a razão, senão, se torna ingênua. A razão, ela é muito importante. A razão nós torna pessoas de sabedoria, de inteligência. Porque Deus também nos deu três grandes dons, ou seja, capacidades: sabedoria, para saber; Deus nos dá inteligência, para discernir, para optar – a liberdade para optar; e nos dá a vontade, para fazer ou não, a gente faz se a gente quer ou não quer. Então, tudo é determinado pela razão. E a fé é algo a mais dentro de nós que nos leva não só a vivermos, nesse mundo, contemplando as coisas desse mundo, admirando a própria natureza. A gente contempla a natureza: as matas, os mares, os pássaros... e tudo aquilo que existe nos leva a uma inquietação: “Puxa, esse mundo é tão bonito que não poderia ter surgido do acaso!”. Então, nos leva a, primeiro grau, maior qualidade de vida também. Então, embora a razão, embora ela nos ajude a situar, compreender, as coisas do mundo, a fé é que nos ilumina para podermos viver melhor, mais equilibradamente, com mais humanidade. Porque se a gente olhar as pessoas com muita fé, e as pessoas de muita fé que se distinguiram, que nós chamamos de pessoas santas, quem foram as pessoas santas? Foram pessoas normais, pessoas sensíveis, pessoas humanas, pessoas solidárias, pessoas que buscaram fazer da vida um bem para outras pessoas. Então, a gente não vê uma anormalidade nessas pessoas que têm muita fé. Mas, justamente, muitas pessoas vivem a radicalidade da fé de uma maneira tão natural, tão simplista, tão de doação, que, às vezes, até esquecem de si mesmas para ajudar os próprios irmãos. Então, a fé, ela vem ajudar a iluminar muito mais as pessoas do que, às vezes, a própria razão. A razão nos leva até a morte. E a fé nos leva para além da morte.

#### **e) A situação financeira interfere na crença?**

**Pe. 1:** (Não foi respondida à pergunta).

**Pe. 2:** Nós vivemos, hoje, num mundo que prioriza três coisas: o ter, o poder e o prazer. Ter, poder e prazer estão cada vez mais distanciando as pessoas, não só de Deus, mas também das outras pessoas e delas mesmas. Então, nós podemos perceber que a situação econômica de cada pessoa leva a uma auto-suficiência, leva a um fechamento e um esvaziamento de Deus, de si e do próximo. O problema não é ter o dinheiro. O problema é como eu ganho o dinheiro e como eu administro aquilo que eu ganho, o dinheiro que eu tenho. Então, eu não posso colocar o dinheiro no lugar de Deus. Eu não posso colocar o dinheiro no lugar das pessoas. O dinheiro é meio para se manter.

**Pe. 3:** Bom, a fé, primeiro, eu disse, desde o início, que, a fé, ela está numa pessoa que, diariamente, ela tem situações boas e adversas. Então, lógico que, a fé, ela sempre será este sustentáculo, numa situação boa ela vai me fazer vibrar mais, e numa situação menos boa ela vai me dar suporte para compreender, vencer e continuar. Eu sempre tenho dito assim: a fé, na alegria, ela me dá todo o entusiasmo do mundo. A fé, na tristeza, ela me dá força para que eu não esmoreça. Lógico, que, às vezes, as pessoas, elas se desmoronam. A fé, ela é indispensável tanto para o pobre quanto para o rico. E a fé, tanto no pobre, muitas vezes a gente até vê com mais evidência no pobre no que no próprio rico. Então, a fé ela independe da riqueza ou da pobreza. A fé será sempre essa força capaz de impulsionar para frente.

**Pe. 4:** Olha, eu acredito que não. Eu acho que a crença é uma experiência que a pessoa faz. A crença é sempre uma experiência de fé que a pessoa tem de ir ao encontro com Deus. Isso independente de se ter dinheiro ou não se ter dinheiro. Está certo que, na Bíblia, os pobres, mas pobre em sentido geral, assim, no sentido de pobreza material, mas também pobreza espiritual, pobreza física, doentes, necessitados, vamos colocar assim: os necessitados eram sempre os preferidos de Jesus. A ação de Jesus sempre foi mais direcionada a esses que são mais excluídos, na Bíblia. E a Igreja quer ser uma presença muito maior, claro, no meio dos excluídos, no meio dos pobres, mas nunca esquecendo das pessoas como um todo da pessoa humana, seja ela pobre, seja ela rica. Então, eu acho que a experiência de fé passa, de fato, por uma experiência que a pessoa tem com Deus. Isso não depende de ela ser pobre ou ser rica. A experiência dela com Deus é que vai dizer da veracidade da sua fé.

**Pe. 5:** Não devia interferir na crença a situação financeira. Não é porque uma pessoa tem mais, que ela deve dispensar a fé. Embora que em muitos isso aconteça. Às vezes, pessoas, porque começaram a progredir na vida, então, começam a se achar auto-suficientes, e se achando auto-suficientes, então: “Ah, vou precisar das outras coisas para quê? Eu já tenho tudo”. Então, dispensa da vivência de uma fé até mais autêntica, mais verdadeira. Então, não se deveria colocar como limite “Ah, por que se tem bens”, “por que essa pessoa atingiu um alto escalão na vida”, que não necessita da fé? Não senhor! Todos nós precisamos da fé. Por que, o que nós levamos mesmo deste mundo? Justamente, o bem que nós praticamos, não é?

E mais: os pecados que não foram perdoados, porque, como disse Jesus, os pecados perdoados já ficam aqui, nem vão conosco. O que faz uma pessoa grande, bela, nobre, é o bem que ela pratica, é a fé que ela cultiva. E a fé é que leva a pessoa a fazer boas obras. Uma pessoa com muita fé, ela bota a mão no bolso também e ajuda as pessoas também com os bens que tem. Interessante o próprio conceito de ter mais, de ter menos, de ter mais riquezas ou menos, na Idade Média. As pessoas desejavam ter muito, buscavam ter muitas coisas, para quê? Para poder ajudar os outros. Esse era o conceito de riqueza para muita gente. Queriam ter mais para poder ajudar para sentir prazer em ajudar as pessoas. Hoje, nós vivemos num mundo capitalista, onde as pessoas buscam “Ah, eu quero ter mais para quê? Ah, para viver uma vida mais folgada, para passear, trocar o carro todo ano, se puder ter um “aviãozinho”, um “iatezinho”, outras coisas...” Hoje, a pessoa pensa no ter para gozar, para levar, assim, uma vida pensando nela mesma tão somente, se esquecendo, também, das demais pessoas que precisam também viver e ter vida digna. Por isso, que nós encontramos também pessoas de muitas posses que têm muita fé: pessoas generosas, pessoas bondosas... Mas corre-se muito o risco, sim, de pessoas que enriqueceram na vida, enriqueceram através do acúmulo de bens, dispensar Deus, dispensar o cultivo maior da fé, dispensar a generosidade. Porque se a gente olhar mesmo, nesse mundo, quem mais ajuda as pessoas, são aquelas que, às vezes, não tem muito. Às vezes, aqueles que têm demais, são muito mais presos aos seus bens materiais, são muito mais avarentos, são muito menos solidários, do que, às vezes, aquelas pessoas, às vezes, que têm pouco, mas ainda que com o pouco que têm são capazes ainda de ajudar o seu semelhante. E aí está a grandiosidade e beleza da vida. É em ser solidário, de ser pessoa compassiva e sensível com o drama humano.

